



## ATA Nº1/2024

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.**

----- Aos dezasseis dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 06/2023 referente à sessão ordinária de 2023.12.15 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – Mapa de demonstração do desempenho orçamental (ano económico de 2023) – 1.ª revisão orçamental (ano económico de 2024) -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento de diversos projetos -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de revisão do Regulamento de Intervenção na Via Pública do Concelho de Ourém – consulta pública -----



- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – requalificação da estrada de Minde – troço entre o Km 72+890 e o km 75+875 – repartição de encargos -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – P246/2023 – prestação de serviços de medicina do trabalho pelo período de 36 meses (90405/2023) – repartição de encargos -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – P007/2024 – requalificação e ampliação da Unidade de Saúde Familiar de Fátima (2688/2024) – repartição de encargos -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – P237/2023 – reabilitação e ampliação da escola de Louçãs para creche (100964/2023) – repartição de encargos -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – P001/2024 – reabilitação da rede viária do concelho – ruas diversas – União de Freguesias de Matas e Cercal (80493/2023) – repartição de encargos -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – proposta de protocolo -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – proposta de contrato de comodato -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – alienação de imóveis do domínio privado do Município – revogação do protocolo com a Freguesia de Olival -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – requalificação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados – Ourém – proposta de protocolo -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – adenda ao contrato de comodato com a APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família ----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro de Reabilitação e Integração Ouriense – pedido de autorização para realização de desfile de Carnaval -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de autorização da receção gratuita de resíduos verdes nos ecocentros de Fátima e de Gondemaria – isenção de tarifas -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém – pedido de isenção de taxas -----



- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Arabesque – Academia de Dança, CRL – pedido de isenção de taxas -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – Clube Juventude Ouriense – pedido de isenção de taxas -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Santa Teresa – pedido de isenção de taxas -
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Atletismo de Santarém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Município de Leiria – pedido de isenção de taxas -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Ukrainian Refugees UAPT – pedido de isenção de taxas -----
- **02.27** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.<sup>a</sup> Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.<sup>o</sup> Secretário AMO -----
- Helena Santos Pereira -----
- Mónica Filipa Gaspar Faria -----
- Carlos Alberto Jesus Pereira Marques -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Tiago Ferreira Simões Vieira -----
- Joana Casimiro Rosado -----



----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Victor de Oliveira Santos, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Edgar Ferreira Enes** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva falta, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----



----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias  
Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de  
setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente  
da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas  
quinze horas e dez minutos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 06/2023 REFERENTE À SESSÃO  
ORDINÁRIA DE 2023.12.15** -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a  
ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros  
constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o  
voto dos membros presentes na referida sessão** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*



## **01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**

----- Tomando a palavra, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, remetendo deliberação camarária sobre “Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., A.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2024” -----

----- Comunicação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Ourém, remetendo o Relatório Anual de Atividade -----

----- Mais informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 15 dezembro 2023, nas seguintes iniciativas: -----

- “Natal do Bombeiro 2023”, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Caxarias, Caxarias

- Festa de Natal, Casa Bom Samaritano, Fátima -----

- Festa de Natal, Associação de Bem-Estar de Urqueira, Urqueira -----

- Festa de Natal, Casa Dr. Alves, Ourém -----

- Almoço Natal, Centro Social Matas, Matas -----

- Almoço de Natal da Filarmónica 1.º Dezembro de Vilar dos Prazeres, Vilar dos Prazeres -----

- Exposição de Presépios, Junta Freguesia N.ª Sr.ª Misericórdias, Vila Medieval -----

- “O Natal do Bombeiro”, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ourém, Ourém -----

- Concertos de Natal, Conservatório de Música e Artes do Centro, Fátima -----

- Ceia de Natal, Agrupamento Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias -----

- Jantar de Natal, Município de Ourém, Ourém -----

- Comemoração 25.º aniversário da aprovação canónica da Congregação, Irmãs Franciscanas Divina Providência, Fátima -----

- Inauguração da Requalificação do Centro Escolar de Atouguia, Atouguia -----

- 112.º aniversário Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ourém, Ourém -----

- “Madeiras dos Reis – Natal Tradicional, AMBO - Academia de Música Banda de Ourém, Ourém -----

- Sessão de apresentação do Agrupamento, Agrupamento Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias -----



- Festa de Reis, APDAF – Associação Para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, Fátima -----
- Apresentação do TUFO – Transporte Urbano Fátima e Ourém, Município Ourém, Fátima -----
- Cantar das Janeiras pela Associação Sénior de Ourém, Ourém -----
- 58.º aniversário Centro Desportivo de Fátima, Fátima -----
- Feira do Adro, União Freguesias Gondemaria e Olival, Olival -----
- 45.º Encontro de Hoteleiros de Fátima, Santuário de Fátima, Fátima -----
- Desfile de Carnaval do Agrupamento Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias -----
- Desfile Carnaval, Ourém -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Decorrido mais um ano estatístico, o concelho de Ourém continua a dar cartas no dinamismo empresarial. -----

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2023 foram criadas 140 empresas no nosso concelho. -----

Comparativamente com os municípios da NUT III Médio Tejo, da qual fazemos parte, Ourém foi de longe o concelho que mais empresas criou, seguindo-se Tomar com 84 empresas, Torres Novas com 82 e Abrantes com 81 empresas. Mesmo tendo em conta todo o Distrito de Santarém, somente o concelho sede é que ultrapassa Ourém neste dado estatístico. -----



Ourém continua assim a demonstrar a sua vitalidade empresarial no Médio Tejo, sendo claramente um exemplo do empreendedorismo das suas gentes, mantendo ao longo dos últimos anos a liderança em criação de empresas na região. -----

Por outro lado, o desemprego continua em níveis considerados de pleno emprego, registando-se em 31 de dezembro de 2023 uma percentagem de 2,57% da população ativa que não tinham trabalho. -----

Fazemos notar que o mês de dezembro, face à sazonalidade do turismo de Fátima, regista sempre um nível de desemprego superior ao restante ano civil, pelo que a média anual ainda é inferior. -----

A dinâmica empresarial do concelho de Ourém continua assim a originar criação de emprego e de riqueza, levando ao desenvolvimento deste território, o que tem vindo a permitir a melhoria de muitos dos indicadores demonstrativos da evolução do mesmo.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração política: “Boa tarde a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----

A reunião de hoje desta assembleia é a última que antecede o próximo acto eleitoral do dia 10 de Março, eleição que, contrariamente ao que foi sendo incutido na sociedade portuguesa ao longo dos anos, não será para eleger o próximo primeiro-ministro, mas antes para escolher os 230 deputados que nos irão representar na Assembleia da República. -----

Aliás, basta olharmos para o acto eleitoral ocorrido em 2015, para percebermos que, de acordo com o nosso sistema político e a nossa Constituição, nem sempre o partido mais votado é quem governa. -----

Só que, independentemente de gostarmos ou não deste sistema político, de ele ser justo ou injusto, ou independentemente da forma como avaliamos a acção política de quem assume efectivamente o poder, a verdade é que esse mesmo sistema já nos provou que é possível, no quadro constitucional, assumirmos diferentes modelos de governação, tanto em maioria como em minoria, embora todos eles legitimados pelo voto popular. -----

Neste âmbito, as próximas eleições legislativas antecipam-nos múltiplos e diferentes cenários de governação. -----





Por isso, pese embora não concordando, cabe-nos a todos nós, respeitar a solução governativa que resultar do próximo acto eleitoral, ainda que essa solução possa advir de acordos ou do entendimento que as diferentes forças políticas eleitas farão entre si no parlamento, sendo certo que os 230 deputados eleitos são quem exerce a democracia em nome do povo. -----

Porém, os acontecimentos mais recentes, ocorridos tanto no Continente como na Região Autónoma da Madeira, revelam-nos uma nova realidade que poderá fazer perigar a própria democracia. -----

De facto, trata-se de saber qual a fronteira que separa o poder político do poder judicial, e vice-versa. -----

Com efeito, é bom não esquecermos que, no espaço de apenas três meses, caíram dois governos na República, por fortes indícios e alegados casos de corrupção envolvendo a classe política, que depois se revelaram pífios e inconsequentes. -----

Urge questionar, por isso, se não valerá mesmo a pena empreendermos uma verdadeira reforma na Justiça, que possibilite separar as águas e responsabilizar, desde logo o Ministério Público, pelas decisões que toma e pela forma como conduz as investigações. -----

O que não podemos ter é uma subversão da democracia em que é o poder judicial a eleger e a derrubar governos. -----

Se é verdade que os extremismos e os populismos são inimigos da democracia, não deixa de ser menos verdade que, quando o princípio da separação de poderes é posto em causa, é a nossa democracia que fica também enfraquecida e à mercê dos poderes instalados. -----

Ora, estando nós apenas a dois meses de celebrarmos o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, valerá a pena equacionarmos seriamente o papel das nossas instituições no quadro da democracia, atentos os princípios e os valores de Abril, sem o qual continuaremos irremediavelmente a caminhar para um pântano, cada vez mais castrador dos nossos direitos e liberdades. -----

Muito obrigado.” -----

= **EDGAR FERREIRA ENES**, grupo municipal Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde a todos -----



Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e as pessoas todas que nos ouvem e que nos veem a partir de casa. -----

Vivemos por estes dias o Carnaval, um momento importante para, sobretudo, para as escolas e para os miúdos e, por isso, o grupo Municipal do PS vem desta forma agradecer e parabenizar todas as escolas e agrupamentos pelo trabalho, dedicação, entrega e carinho que dedicaram a estas festividades do Carnaval, no intuito de proporcionar às nossas crianças, pais, professores, auxiliares e à comunidade um momento de partilha e de festa entre todos. -----

No entanto, não podemos deixar de lamentar o facto de, nomeadamente, em Ourém e Fátima, não ter havido estes desfiles, dado terem sido cancelados devido às condições climatéricas. Sabíamos de antemão que isto podia acontecer, ou seja, estavam alertados para o facto de que essas condições e essas previsões iam no sentido de eventualmente dificultar esse tipo de desfiles. Lamentamos o facto de não se ter encontrado alternativas da mesma forma que ocorreu em anos anteriores, aqui em Ourém, no Centro de Negócios e em Fátima, por exemplo, agora sei que estão em obras no Mercado Municipal. -----

Por isso mesmo, queremos parabenizar e agradecer às escolas que, ainda assim, arranjam alternativas, provavelmente em conjunto com as juntas de freguesia, autoridades locais, a exemplo, a escola de Caxarias, na pessoa da professora Cláudia Campos e a escola da Freixianda que, apesar de tudo, conseguiram proporcionar esses momentos às crianças. -----  
Era só.” -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Muito boa tarde a todos, -----

Cumprimento todos os presentes e os que nos estão a acompanhar nas redes sociais, na pessoa dos Senhores Presidentes. -----

O Concelho de Ourém experienciou, uma vez mais, a magia do Natal de forma muito especial. Houve iluminação nas ruas, desfile com a chegada do Pai Natal, mercadinhos de Natal, a Casa do Pai Natal, várias exposições de presépios, espetáculos e concertos diversos que deram mais cor e brilho às cidades de Ourém, Fátima e um pouco por todo o nosso concelho. -----

Um programa diversificado, no qual o município de Ourém apostou, permitiu aos ourenses viverem de forma intensa a época natalícia, ou seja, como esta deve ser de facto vivida. -----



O desfile de Natal, acompanhado da presença mágica do Pai Natal, encheu de público a cidade de Ourém e o Jardim Le Plessis-Trévisé, foi palco de muita cor e animação. Por sua vez, o concerto dos Traquinas fez a alegria e as delícias dos mais pequenos. -----

O Teatro Municipal de Ourém acolheu todo o género de espetáculos, desde o cinema ao teatro, música, passando pelo ballet, assim como o Museu Municipal e a Biblioteca, onde aconteceram diversas iniciativas natalícias. -----

Também em Fátima, o Natal aconteceu com o presépio da responsabilidade da Comunidade Vida e Paz, com mercadinhos, exposição de presépios promovidos pelas instituições de Fátima, árvore de Natal do Rotary Clube e diversos concertos promovidos pelo Conservatório de Música e Artes do Centro, que tiveram sempre auditório cheio. -----

Destaque ainda para o precioso envolvimento das juntas de freguesia, que promoveram mercadinhos de Natal e outros eventos, nomeadamente em Fátima, Espite, Freixianda e Olival, e das associações do concelho que desenvolveram inúmeras iniciativas natalícias, nomeadamente, o bolo-rei gigante, cânticos de Natal com o Rancho Folclórico Moleiros da Ribeira, espetáculos de teatro da responsabilidade do Centro Cultural e Recreativo de Pêras Ruivas. -----

Destaque ainda a participação indiscutível da Academia de Música Banda de Ourém em todas as suas vertentes, da Ourearte, da Sociedade Filarmónica Ouriense, da Associação Filarmónica 1.º de Dezembro Cultural e Artística Reis Prazeres, da Universidade Sénior de Ourém ou do Grupo de Cantares Populares das Fontainhas de Seiça. -----

As associações de cariz desportivo também não quiseram ficar à margem desta quadra e prepararam também elas iniciativas tão variadas quanto o sarau de ginástica dos Raposinhos, as oficinas de patinagem e o espetáculo de patinagem Circo da Juventude Ouriense. -----

As comemorações encerraram a 7 de janeiro na Casa do Povo de Fátima, com uma tarde onde não faltaram as mais diversas tradições natalícias e de Reis. -----

A Assembleia Municipal de Ourém congratula-se por manter vivo o espírito de Natal e felicita o município e todas as entidades que se associaram a este momento, nomeadamente juntas de freguesia e associações. -----



A sua colaboração tornou muito mais rico o programa de eventos e assim, todos juntos, conseguimos oferecer aos oureenses, novas e divertidas formas de viverem esta época única. Muito obrigada a todos.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde. -----

Cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente -----

Responder ao senhor Edgar que deve estar mal informado. O desfile de Carnaval foi cancelado em Fátima, não houve devido às condições meteorológicas. -----

Informar que o mercado está em obras. Finalmente, graças a este executivo, porque era uma promessa de executivos anteriores e agora estamos em obras, depois teremos alternativa para o próximo ano. -----

Obrigado” -----

= **FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Cumprimento todos na figura do Sr. Presidente desta Assembleia -----

Ex.mos Senhores -----

Vivemos tempos interessantes e dignos de algum estudo e divulgação! -----

Há um pregão popular, de verdade questionável, mas, repetido vezes sem conta quando ficamos estagnados como estamos – “La longe, na península ibérica, há um povo que nem governa nem se deixa governar”! -----

Quando nos exigem sacrifícios e alguma contenção não o permitimos e depois chamamos despesistas à máquina do estado! -----

Contrariamente a tudo o que lemos nas redes, ditas sociais, estamos no caminho certo para uma estabilização das contas do estado não contando a redução da dívida efetiva de Portugal, sendo algo de extraordinário, olhando para o passado recente! -----

Contrariando algumas opiniões, Portugal viu o seu PIB crescer algo como 2,3% em 2023 após algo fora do comum, de em 2022 ter atingido um número de 6,3% - diga-se, algo nunca visto após 1987 até aos nossos dias! -----

Inclusive Paul Krugman, nos apelidou de “milagre económico” deixando o alerta para eventuais riscos externos que são grandes, talvez mais graves que a nossa última crise económica, que



como uma pandemia ora silenciosa ora barulhenta, se alargou pelo mundo, atingindo-nos de forma cruel! Isto após aquela criada pelo covid, que ultrapassamos com algum sucesso! -----

No entanto, apesar de todo este cenário, vivemos uma crise invisível, gerida entre paredes, em família, coma habitação, onde os juros atingem valores aos quais não estamos habituados ou o acerto das rendas no mercado, no mercado de aluguer a atingirem valores difíceis de comportar! -----

Tudo isto estranho, quando ouvirmos textos nesta sala, onde se exorta a crise, a dificuldade e o problema, seja de ou para o estado, seja a social! -----

Tudo estranho, quando vivemos ansiedade nas famílias com créditos à habitação no limiar da incapacidade de cumprir ou rendas com valores fora do habitual! -----

E, curiosamente, mas, aparentemente saudável, vivemos no concelho de Ourém um ambiente completamente diferente, onde o alheamento a estas dificuldades é fantástico! -----

Esta Câmara, teve a capacidade de aprovar um orçamento onde a frieza dos números se alheou dos problemas e necessidades das pessoas, onde no momento de dar algo, por pouco que seja, optamos por estradas e alcatrão! Onde foi que já vivemos tempos destes, que se ganhavam eleições com alcatrão à porta! Mesmo que fosse para abrir depois ... -----

Conseguimos a distinção de ter a água – essencial à existência humana – das mais caras do distrito de Santarém – uma medalha de sucesso, onde até inserimos uma taxa para solucionar um problema numa empresa! -----

Conseguimos achar graça e ter a imaginação do comparativo, quando podíamos fazer melhor com o IMI, baixando-o para mínimos legais, mas, há uma estrada para fazer daí que, temos pena, todos têm ser castigados, pois há prioridades, que não passam pela redução de impostos aos contribuintes ... Talvez alterem o nome popular dessa estrada e lhe chamem “excedente de IMI”! -----

Podemos também olhar para o factor do IRS, pois vivemos em épocas onde toda a poupança conta, cada uma à medida de cada um, mas, opta-se por ficar com o dinheiro das pessoas, pois há outras prioridades, ditas colectivas, que estão à frente para resolver, que não os das pessoas e as suas contas a pagar! -----

Senhores, -----



À boa maneira portuguesa, o desenrascar-se, nem sempre é aplicável quando podemos fazer mais e melhor!!, para quando o interesse real, o colocar a verdadeira razão da existência destas instituições ao serviço efectivo da melhoria do bem-estar de todos e não unicamente por andar de festa em festa a colocar vistos de presença como se disso fizéssemos vida! -----

Há algo mais a fazer que um imaginário qualquer em época de Natal ou gastar alguns milhões encapotados de acção social ...” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----

Público na sala e em casa, -----

Imprensa, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Em dezembro passado fui levar um familiar ao aeroporto, com viagem marcada para França. Durante 5 anos estudou Medicina Veterinária, criou expetativas legítimas de trabalhar e viver em Portugal. Todavia, baixos salários, impostos altos e falta de oportunidades levaram-no a emigrar. -----

Infelizmente, como tantos outros jovens, teve de emigrar por falta de condições de trabalho e de vida. A geração com mais qualificações de sempre, na qual o país investiu muitos recursos, está a sair por falta de oportunidades. -----

Tínhamos a obrigação de reter este talento oferecendo aos jovens todas as condições para a construção de um projeto de vida entre portas. Infelizmente, temos a taxa de emigração mais alta da Europa e uma das maiores do mundo. -----

Não quero fazer da minha intervenção apenas um propósito meramente político-partidário, mas em vésperas de eleições, sejamos realistas: o nosso país está numa situação muito difícil e nós, autarcas, sentimos isso todos os dias. -----



As pessoas olham à sua volta e veem um rasto de desanimo e inquietação. -----

Quase dois milhões de pessoas não tem médico de família e, em Ourém, se o Município não tivesse implantado o programa Bata Branca, viveríamos uma tragédia humana e social. -----

No acesso à habitação, atravessamos uma das maiores crises de que há memória. Na educação, o abandono escolar aumentou, os alunos estão deprimidos e os professores desiludidos. -----

Temos a maior carga fiscal de sempre e mais de 250 mil pessoas são forçadas a ter dois empregos para conseguirem pagar as suas contas. -----

Temos 1 milhão e 700 mil pobres e há cada vez mais pessoas a passar fome e a viver na rua.

Os polícias, agricultores, camionistas, funcionários públicos estão descontentes e travam batalhas por melhores condições. A contestação social atinge quase todas as atividades, algo impensável. -----

A decisão de extinguir o SEF foi desastrosa e agravou o problema da imigração. Há quatrocentos mil processos de regularização parados, temos milhares de imigrantes a dormir nas ruas, em casas sobrelotadas e explorados miseravelmente. -----

Há um cansaço generalizado destes oitos anos de governo da esquerda. Acredito que as intenções possam ter sido as melhores, não ponho isso em causa, mas as soluções fracassaram. Simplesmente, não resultaram e precisamos de outras! -----

As políticas falharam e os fracassos pesam mais do que a alegria do défice controlado, que não enche o bolso nem trata da saúde. -----

Como aqui disse na última sessão, nem tudo foi negativo. A subida do salário mínimo foi positiva, contudo, ao não se ter apostado no crescimento económico, caminhamos para que, qualificados ou não, em breve fiquem todos a ganhar o salário mínimo. -----

Caros colegas, -----

O PS governou 22 dos últimos 28 anos e governou também os últimos oito, com os resultados que estamos a ver. -----

No próximo dia 10 de março a coligação Aliança Democrática terá a oportunidade de afirmar a nossa identidade, a nossa cultura e os nossos valores. -----



Depois de 8 anos, o maior fracasso da esquerda foi no plano social, sobretudo na saúde, na educação e na habitação. Onde nos queremos destacar é nas políticas sociais e na promoção do bem-estar das pessoas. -----

Queremos uma sociedade mais justa, mais solidária, que respeite ----- a dignidade da pessoa humana, que proteja os mais pobres, que valorize o trabalho e o mérito.

Queremos uma sociedade mais aberta, mais diversa e mais inclusiva, que promova uma imigração regulada e acolha bem os migrantes. -----

Queremos mais oportunidades para os jovens se fixarem em Portugal e garantir aos mais velhos a segurança física e económica, o acesso à saúde em tempo e de qualidade. -----

Queremos Portugal na NATO e estamos ao lado da Ucrânia contra a Rússia. Apoiamos inequivocamente o projeto europeu e a moeda única. O que seria de nós, se saíssemos da União Europeia como outros defendem? -----

Não estamos presos a uma ideologia do passado e a uma visão estatista da sociedade. Acreditamos numa economia aberta, de cariz social, com prioridade ao crescimento e à produtividade. -----

Olhando para trás, tenho muito orgulho na história e no trabalho desenvolvido pelo meu partido! Muito orgulho nos resultados que marcaram o meu país! -----

Quando o PSD governou foi sempre em momentos difíceis, mas colocámos sempre Portugal no caminho do desenvolvimento e da modernidade. -----

Este é o ADN do PSD, o partido mais português de Portugal. -----

Também agora, em mais um momento difícil, estamos prontos para assumir as responsabilidades e quebrar o ciclo negativo em que estamos. -----

Sentimos nas pessoas o desejo de virar a página e em março acreditamos que o nosso projeto vai sair vencedor! -----

Disse.” -----

= **LUÍS MANUEL GAMEIRO DE OLIVEIRA**, Presidente Junta de Freguesia de Atouguia, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia, cumprimento todos os presentes, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----





Em meu nome pessoal e do restante executivo, venho dar o devido agradecimento à Câmara Municipal, pela colocação de um médico na Extensão de Saúde da nossa freguesia, considerando que esta iniciativa permite minimizar os constrangimentos existentes com a falta de médicos, e de alguma forma garantir os cuidados de saúde primários à nossa população, maioritariamente envelhecida. -----

Este atendimento médico integra-se no projeto “Bata Branca” e trata-se de um serviço que vem permitir o acesso a consultas de clínica geral a todos os utentes inscritos na nossa Extensão de Saúde, um dia por semana, nomeadamente às sextas-feiras. -----

Mais uma vez o nosso agradecimento, pois até há muito pouco tempo éramos das poucas freguesias que ainda não tinha um profissional desta área a exercer funções ao serviço da nossa comunidade. -----

Muito obrigado!” -----

#### VOTO PESAR

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, na qualidade Segundo Secretário Mesa Assembleia Municipal, expôs o seguinte: “Com um sentimento de consternação, recebemos recentemente a notícia do falecimento de Manuel Gonçalves da Silva, ourensense com um vasto percurso autárquico e associativo, essencialmente desenvolvido na sua Freguesia de Atouguia. -----

Personalidade íntegra que sempre pautou a sua ação por uma forte dedicação à comunidade, desempenhou o cargo de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia em dois mandatos e contribuiu para o desenvolvimento da sua terra e para a melhoria das condições de vida dos seus conterrâneos. Foi um dos fundadores do Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia, assumindo funções como membro de várias Direções da instituição e do Concelho Fiscal. Integrou os corpos sociais da Fundação Arca da Aliança e foi membro do Conselho Económico da Igreja de Atouguia durante vários anos. -----

A idoneidade e elevação que Manuel Gonçalves da Silva demonstrou no exercício de funções públicas e a postura sempre cooperante para o bem comum e na defesa do interesse público, são características que permanecem e marcam a comunidade, como exemplos de competência e abnegação em prol dos outros. -----



Neste momento de tristeza em que o concelho fica mais pobre, a Assembleia Municipal de Ourém, apresenta um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Gonçalves da Silva, dirigindo à sua família e amigos a expressão das mais sentidas condolências.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO PESAR** -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, na qualidade Segundo Secretário Mesa Assembleia Municipal, expôs o seguinte: “Armando José Leitão Pereira nasceu em Ourém no dia 3 de outubro de 1936 e faleceu a 02 de janeiro de 2024. -----

Ainda muito jovem, e após conclusão do ensino primário, rumou a Santarém para exercer as funções de tarefeiro num escritório de advocacia, uma curta experiência após a qual regressaria novamente a Ourém, sua terra natal, para iniciar a aprendizagem da mecânica automóvel, uma das suas paixões que o acompanhou praticamente por toda a vida, primeiro na oficina de José Agostinho da Graça, de onde saiu alguns anos mais tarde para integrar os quadros da Garagem Avenida, propriedade do ourense “Luís da Laura”. -----

Aos 26 anos, juntamente com outros dois sócios, estabelece-se por conta própria, sendo um dos fundadores da empresa denominada “A Moderna Oureense – Reparadora de Automóveis, Lda.”, uma oficina que viria a ficar também conhecida na região como a “Trempe”, representante das Marcas “Mercedes-Benz” e “Bosch”, e na qual se especializou como técnico de bombas de injeção diesel. -----

A sua juventude ficou igualmente marcada pelo seu envolvimento nas causas sociais e do associativismo, tendo sido “Soldado da Paz” nos Bombeiros Voluntários de Ourém, músico na Banda Filarmónica e jogador de Hóquei em Patins durante mais de 20 anos no Clube Atlético Ouriense, tendo sido igualmente treinador desta modalidade que tanto o apaixonava. -----

Logo após o 25 de Abril de 1974, por ter sido sempre fiel aos valores da liberdade e da democracia, foi nomeado pelo MFA (Movimento das Forças Armadas), juntamente com o Tenente-Coronel Rodrigues, Abílio Figueiredo, Joaquim Barreirinho e Joaquim Marcelino Espada, para fazer parte da então chamada “Comissão Administrativa”, comissões estas que



foram replicadas por todo o país, e que tiveram como missão gerir transitoriamente as câmaras municipais até à realização das primeiras eleições. -----

Enquanto Vogal da Comissão Administrativa ourense, deu o seu contributo para projectos que se viriam a revelar estruturantes para a então Vila Nova de Ourém, designadamente o Tribunal, as Finanças, o Pavilhão Gimnodesportivo junto ao Liceu, a Zona das Feiras e Mercados, ou ainda o projecto do Estádio Municipal, com localização prevista para a zona do Carregal em Ourém, mas que não teve depois concretização prática. -----

A sua paixão pela política e a dedicação que emprestou às causas públicas levou-o a ser também um destacado militante e dirigente socialista, de cuja concelhia de Ourém fez parte por vários anos e onde se envolveu sempre de forma desinteressada e altruísta. -----

Foi, aliás, neste âmbito que em 1986 e depois em 1991 assumiu a honrosa missão de ser mandatário concelhio das candidaturas do Dr. Mário Soares à Presidência da República, funções que, tal como ele gostava de dizer, “*não são uma mera opção na vida de uma pessoa, mas sim uma obrigação para um democrata*”. -----

Neste momento de tristeza em que o concelho fica mais pobre, a Assembleia Municipal de Ourém, apresenta um voto de pesar pelo falecimento Armando José Leitão Pereira, dirigindo à sua família e amigos a expressão das mais sentidas condolências.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO PESAR** -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, na qualidade Primeira Secretária Mesa Assembleia Municipal, expôs o seguinte: “No passado dia 15 de janeiro tomámos conhecimento da inesperada partida do senhor Padre Pedro Ferreira, aos 57 anos. -----

O Padre Pedro começou o ministério sacerdotal em 1992 e desde outubro de 2010 foi pároco da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. A sua partida deixa um grande vazio, em particular nesta comunidade paroquial que serviu com dedicação exemplar. -----

Ao longo dos mais de 30 anos de sacerdócio, o Padre Pedro Ferreira destacou-se pela proximidade com a população sendo detentor de uma notável boa disposição e assumindo-se como uma fonte constante de inspiração. O seu empenho na liderança da Paróquia e o



fortalecimento dos laços entre os fiéis é um legado que permanecerá como testemunho do seu compromisso e trabalho na comunidade. -----

Propomos, assim, um Voto de Pesar a expressar pela Assembleia Municipal de Ourém, homenageando a memória do Padre Pedro Ferreira e reconhecendo a sua significativa contribuição para o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento da Paróquia. -----

Neste momento de luto, consideramos de propor o envio do presente Voto de Pesar ao Bispo Diocesano, D. José Ornelas, bem como à família enlutada. Que esta possa encontrar conforto na lembrança das virtudes e contribuições inestimáveis do Padre Pedro Ferreira, que transcenderam o seu papel religioso.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

#### **----- VOTO RECONHECIMENTO -----**

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária Mesa da AMO, expôs o seguinte: “O Coral Infantil e Juvenil de Ourém da AMBO-Academia de Música Banda de Ourém, comemorou no passado dia 4 de fevereiro o seu 50º Aniversário. A data foi assinalada com um espetáculo cultural no Teatro Municipal de Ourém que, repleto de público, contou com as participações da Classe de Iniciação Coral da AMBO, do Grupo de Teatro Apollo, da Academia de Dança Arabesque e do quarteto musical “Tomar-lhe o Gosto”. Antigos coralistas juntaram-se à festa e reviveram também em palco momentos marcantes da sua passagem por esta valência emblemática da instituição cultural AMBO. -----

O grupo foi fundado em 1974, sob a direção artística de Marto Guerra. De 1983 a 2022, Paulo Honório Ferreira foi o maestro e de 2022 até aos dias de hoje, a regência musical cabe a José Santos, dirigindo também a Classe de Iniciação. -----

O coral tem um historial de atuações em palcos nacionais e internacionais ao abrilhantar festivais de música infanto – juvenil. -----

O Coral Infantil e Juvenil de Ourém tem desempenhado um papel de vulto na dinamização cultural do concelho, mobilizando coralistas e famílias, tendo dado formação musical (a par dos valores educacionais e de cidadania) a várias gerações de crianças e jovens, o que constitui para os ourienses, motivo de grande gratidão e reconhecimento. -----



Pelos 50 anos de vida e pela formação desenvolvida em prol das nossas crianças e jovens, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um voto de reconhecimento ao Coral Infantil de Ourém.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de reconhecimento aprovado, por unanimidade.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

**02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----  
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----  
 Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----  
 Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----  
 Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----  
 Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

**Estimados ourenses,** -----



Porque é a primeira vez que reunimos em Assembleia neste novo ano, dou início a esta minha intervenção, começando por desejar a todos um 2024 repleto de sucessos pessoais e profissionais. Permitam-me agora que recue ao final do ano passado, para evocar a celebração do Natal no nosso Concelho. -----

Com especial incidência nas cidades de Ourém e de Fátima, mas destinada a toda a nossa população, bem como aos milhares de visitantes que já nos procuram, também nesta altura do ano, a iniciativa “Natal em Ourém” voltou a resultar num verdadeiro sucesso. -----

Reforçando a aposta num programa diversificado, o Município de Ourém proporcionou momentos verdadeiramente inesquecíveis. A iluminação das ruas, o já tradicional desfile que simboliza a chegada do Pai Natal, as exposições, os presépios, o Teatro Municipal de Ourém e a sua programação de excelência, contribuíram fortemente para criar memórias e unir a grande família ourensense em torno de um espírito natalício intenso, e assente nos verdadeiros valores da quadra: a harmonia, a paz e o amor. -----

Agradeço, por tudo isto e muito mais, o precioso envolvimento das autarquias locais, das instituições, das associações, de todas as entidades e de todos aqueles que contribuíram generosamente para que o Natal em Ourém voltasse a ser um sucesso. -----

Sucesso esse que também se repercute num estímulo valioso para o desenvolvimento do comércio local. Quero agradecer aos estabelecimentos comerciais que, mais uma vez, fizeram questão de se associar à nossa campanha “No Natal compre no comércio local... e ganhe prémios”. -----

Naquela que foi a quarta edição desta iniciativa, contámos com a adesão de 135 estabelecimentos e atribuímos 405 vouchers, no valor de 50 euros cada, num total de 20.250,00 euros que serão gastos no nosso comércio. Também foram entregues aos estudantes do Concelho, vouchers no valor de aproximadamente 90 mil euros, que podem ser descontados até 31 de março, deste ano, no comércio local. -----

**Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

Ainda a propósito de grandes celebrações, permitam-me que aborde desde já outro evento levado a cabo entre nós, o Carnaval em Ourém. Apesar da chuva e das condições climatéricas adversas, as associações e coletividades responderam afirmativamente permitindo a realização



do evento, sendo justa uma mensagem de grande agradecimento, a todos os participantes que encheram de alegria e cor a nossa cidade. -----

Aproveito também para agradecer aos estabelecimentos de ensino que dinamizaram o tradicional desfile das sextas-feiras dirigido essencialmente às nossas crianças e jovens. Infelizmente alguns tiveram de cancelar os eventos, por força das condições climáticas, mas para todos o nosso agradecimento pelo empenho e envolvimento, nesta tradição que urge preservar. -----

### **Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

Transporto agora esta minha intervenção para o presente e, sobretudo, para o futuro, abordando obras e projetos que serão uma realidade dentro em breve, com inequívocos benefícios e vantagens para o desenvolvimento do nosso território. -----

Estamos a falar de empreitadas com impacto nas áreas mais diversas, levadas a cabo com o objetivo de atender às necessidades do nosso território, transformando e melhorando a qualidade de vida dos oureenses, rumo a um Concelho cada vez mais moderno, sustentável e inclusivo. -----

Sem precisar de identificar cada obra ou projeto entre os muitos existentes em várias frentes, realço apenas que a maioria deles estão enquadrados na reabilitação e na requalificação urbana. Todas estas empreitadas contribuem para a preservação do património histórico e cultural do nosso território. -----

Através da restauração e da revitalização de monumentos, prédios ou espaços públicos, estamos também a valorizar e a manter vivas as nossas tradições e memórias, proporcionado um ambiente mais atrativo para moradores e visitantes. -----

Tudo isto sem nunca esquecer os princípios que nos conduzem e que nos obrigam a zelar pelas necessidades e qualidade de vida da população, utilizando recursos públicos de forma absolutamente transparente e responsável. -----

### **Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

O Concelho de Ourém passou a contar, desde muito recentemente, com o serviço de transportes urbanos de Fátima e Ourém. O TUFO já está a servir as duas cidades do nosso Concelho, com recurso a dois autocarros elétricos, contratados precisamente com o objetivo de



oferecer uma alternativa de transporte a todas as pessoas, contribuindo para a redução da circulação automóvel no centro das cidades, e consequente preservação do meio ambiente. ----

O TUFO surge na sequência de um investimento avultado, mas absolutamente imperativo. Porque combate os índices de poluição, reduz as emissões de carbono, contribui para a melhoria da qualidade do ar, aproveita as energias renováveis, e, com isso, reduz também a dependência de combustíveis fósseis. -----

Além disto, o TUFO é também importante porque garante condições de acessibilidade e igualdade, estando devidamente habilitado a transportar passageiros com mobilidade reduzida.

Inaugurado a 15 de janeiro, o TUFO oferece cinco circuitos, cuidadosamente delineados para atender às necessidades de mobilidade dos residentes e visitantes de Fátima e Ourém.

Permitam-me que reforce, neste contexto, a possibilidade de ligar as cidades de Ourém e Fátima, aos sábados e dias feriados, através de um circuito criado exclusivamente para este efeito, unindo as cidades do nosso Concelho, com passagem incluída pela Vila Medieval, como forma de potenciar o turismo e tirar proveito do fluxo habitualmente verificado em Fátima. -----

### **Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

Na mesma medida em que asseguramos o presente e construímos o futuro, estamos forçosamente condenados a encontrar soluções para problemas pelos quais, não somos diretamente responsáveis. -----

A saúde, sempre a saúde na ordem do dia, tamanha é a crise que se abate neste sector, em todo o país. Nunca é demais repetir que, infelizmente, estamos perante um flagelo que assola milhares de famílias um pouco por todo o lado. É um problema comum a Portugal inteiro, e não apenas ao nosso Concelho de Ourém. -----

O Concelho de Ourém é, aliás, um dos territórios de referência no que toca à procura contínua de soluções e à resolução constante de problemas relacionados com a escassez de profissionais de saúde, nomeadamente médicos de família. -----

Mesmo não sendo uma competência direta do município, tudo temos feito para procurar alternativas. Alternativas essas que sejam capazes de resolver o problema, ou pelo menos mitigar os efeitos desta verdadeira crise. -----





E foi precisamente nesse contexto que o Município de Ourém implementou o Projeto Bata Branca, através do qual estamos a investir dezenas de milhares de euros na contratação de profissionais de saúde. -----

O acordo que assinámos recentemente com a Unidade Local de Saúde de Leiria e com a Santa Casa da Misericórdia Fátima – Ourém, vai continuar a assegurar a realização de consultas médicas prestadas aos utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Ourém que não tenham médico de família atribuído. -----

Estamos a falar da contratação de 100 horas semanais, previamente asseguradas pelo Município de Ourém, até do ano de 2023, às quais acrescem agora mais 50 horas semanais, desde 1 de fevereiro e em vigor também até ao final do ano corrente. -----

Estão em causa 150 horas semanais e também a garantia da presença de médicos em todas as extensões de saúde do Concelho de Ourém. Para o efeito, o Município comprometeu-se a apoiar financeiramente o projeto Bata Branca, assegurando um complemento até 15 euros por hora. Ou seja, 2250 euros por semana, para apoiar um projeto que atualmente já coloca 9 médicos a trabalhar nos centros de saúde do nosso Concelho, e que permite que todas as extensões do Concelho, tenham médico, pelo menos uma vez por semana. -----

**Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

Permitam-me agora que aqui expresse todo o meu orgulho por mais um galardão entregue ao Município de Ourém. Felizmente, têm sido muitos e nas mais diversas áreas, mas este deixa-me especialmente orgulhoso enquanto Presidente da Câmara Municipal, e sobretudo enquanto ourense. Falo do galardão Autarquia Voluntária, uma distinção atribuída pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que valoriza as ações de voluntariado dinamizadas por autarquias locais, identificando e divulgando as boas práticas existentes em cada território. Reforço que entre os 307 municípios de Portugal, apenas 21 foram considerados aptos a receber este galardão de Autarquia Voluntária, que tão bem representa o comprometimento do Município de Ourém com políticas institucionais que visem a disseminação e consolidação do voluntariado e constituam um incentivo para o desenvolvimento de novos projetos e parcerias. Aqui expresso também uma palavra de reconhecimento ao Centro Comunitário de



Voluntariado, pelo contributo inestimável para a melhoria das condições de vida de centenas de famílias e milhares de pessoas. -----

Graças à constante promoção e dinamização de uma série de iniciativas e projetos, a ação do Centro Comunitário de Voluntariado resultou em tão nobre distinção, colocando o Município de Ourém mais uma vez na linha da frente entre aqueles que mais contribuem para o bem-estar social das respetivas comunidades. -----

### **Minhas Senhoras, Meus Senhores** -----

Cumpre-se neste ano de 2024, o quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de abril de 1974. Um marco crucial na história de Portugal, que definiu um novo rumo para o nosso País. Ao longo destes 50 anos, a democracia tem-se consolidado e a sociedade portuguesa tem progredido e alcançado metas importantes no caminho para a construção de uma nação verdadeiramente democrática. Esta, apesar de "adulta", ainda mostra fragilidades, sendo crucial continuar a defendê-la e a consolidá-la, pois só assim a conseguiremos proteger, e com ela os seus valores, em que todos nos revemos e acreditamos. -----

Para assinalar esta efeméride, temos preparado um programa de comemorações específico, criado para o efeito, e que oportunamente divulgaremos. -----

Convido desde já à participação de todos, pois falamos de uma data simbólica, que marca a nossa história, e importante para o nosso futuro coletivo. -----

Obrigado pela vossa atenção" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

<b>Anexo</b>	<b>Nova Estrutura</b>	<b>Nomenclatura</b>
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização e Contencioso e Informática	DRHFCI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU



Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Primeiro que tudo, a nível pessoal, deixei-me mostrar um momento solidário com a intervenção que o João Pereira aqui fez. Identifico-me com o que disse e aproveito para fazer uma menção especial, acima de tudo aos órgãos executivos, tanto da Câmara como das Juntas de Freguesia. Passamos tempos difíceis. Vimos nos últimos tempos dois presidentes de Câmara perderem o mandato, um deles esteve preso sete dias, o outro três semanas. Portanto, são tempos difíceis. Somos todos autarcas. Fica aqui a minha palavra de solidariedade para todos. Tenho aqui algumas questões muito rápidas. -----

Relativamente à construção de casas para arrendamento acessível. Fiz contas com o que consegui ver e para Fátima e o valor aproximado da construção dessas habitações em Fátima,



estamos a falar em 180 mil euros por habitação. Não consegui localizar o preço em Ourém. Gostaria que senhor Presidente dissesse, mais ou menos, quanto é que fica por fogo em Ourém e caso esses valores não sejam cumpridos, quem vai assumir, se é o IRHU. -----

Uma segunda questão. Estão em obras a rua Tenente Coronel Moreira Lopes, a rua Santa Teresa. Aparentemente estão quase a terminar. Foi há pouco tempo a reunião de Câmara um protocolo que vai ter uma estrada nova que vai ligar também ao final dessa obra. Estamos a falar, para nos localizarmos, o edifício novo que foi localizado da antiga casa do Dr. Durão e a Botica. Ali, segundo sei, vai desembocar uma estrada com uma rotunda. Queria saber se isso vai ter alguma implicação nas obras que já estão a ser realizadas. -----

Terceira questão. Como representante do Município e Presidente da Direção da Administração, confesso que não sei, da Insignare, gostaria de saber se houve alteração nos membros da Direção da Insignare. -----

Quarta questão que nos preocupa muito. Chegou a esta Assembleia Municipal uma denúncia de uma questão ambiental muito grave. O senhor Presidente da Câmara já teve a oportunidade, numa reunião de preparação, de nos elucidar que não dependia diretamente da Câmara, dependia da APA, mas os relatos que nos têm sido feitos, é que estamos a falar de uma situação gravíssima, tem algum desenvolvimento? Há algo que esta Assembleia Municipal possa fazer junto da APA. Já foram feitas algumas iniciativas. Se há alguma obra, neste caso específico, em curso. -----

Para já eram estas as perguntas” -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, Presidente União das Freguesias Rio Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de fazer uma pergunta, que me é muito cara, ao senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com uma obra estruturante para Rio de Couros e para o concelho. -----

Visto ser uma via que vai ligar a futura zona industrial, que está a ir a bom ritmo, saber para quando está prevista essa obra ser executada porque, como disse, é uma estrada muito importante para Rio de Couros. Atravessa esta localidade ao meio e a execução dos passeios é importante que sejam feitos por uma questão de segurança. Também é uma via estruturante porque a zona industrial da Freixianda quando estiver em plena atividade com certeza que vai



aumentar o tráfego naquela localidade e, portanto, é muito importante como via estruturante. Sei que foi acrescentada a esta obra o alargamento do Pontão, o que me apraz louvar esta atitude porque nós temos que ter visão de futuro e também como está incluída nesta obra. -----

Portanto, era para saber quando é que é possível termos essa obra em Rio de Couros. -----

Muito obrigado” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Sendo ontem o dia 15, estamos a um mês de termos os transportes urbanos a circular.

Perguntava qual tem sido a adesão. Sabe dizer qual o valor do bilhete ou do circuito? -----

Outra questão, tem a ver com o antigo edifício da rodoviária. Gostaria de saber se já há novidades, qual o ponto de situação. -----

Obrigada” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão muito breve -----

Recordo-me de ter visto há uns tempos um projeto, embora preliminar, para o parque da cidade, ali junto ao liceu. A questão era saber em que ponto é que está esse projeto. Se é para avançar ou não. É o pulmão verde da cidade, digamos assim, que faz falta e é importante recuperar, requalificar e pôr ao serviço da população. -----

Muito obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Gostaria de deixar um apelo em relação ao que se passa em Fátima, no acesso às rotundas.

Seja a rotunda norte, seja a rotunda sul, já uma vez chamei aqui a atenção e aparentemente

está tudo igual e dá a ideia de que o trânsito tem piorado e as filas têm aumentado, seja quem

venha do lado da Loureira, seja quem venha da Moita Redonda ou seja quem venha da Fátima

velha. Aquilo está verdadeiramente com alguma dificuldade e alguma coisa tem de ser feita.

Agora, ir empurrando e deixando o tempo passar não ajuda absolutamente nada, não resolve

absolutamente nada, nem traz qualquer solução para isto. -----

Era só um apelo. -----

Obrigado” -----



= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “A questão que eu ia colocar já foi colocada pela colega deputada Helena Pereira, e que tinha a ver com a adesão aos transportes urbanos de Fátima e Ourém. Como é que tem sido a adesão, nomeadamente, ao percurso para a zona industrial de Casal do Frades e para a Vila Medieval, se tem havido alguma adesão. -----  
Aproveito para novamente parabenizar a autarquia pela iniciativa, pela aquisição destes autocarros elétricos para efetuar este transporte urbano em Ourém e Fátima. -----  
Muito obrigado” -----

= **EDGAR FERREIRA ENES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de fazer uma questão muito rápida, que tem a ver com as obras que estão a ser feitas naquele bocadinho da avenida ali a seguir ao Lidl. Como já todos repararam, os constrangimentos para entrar e sair de Ourém, neste momento, são complicadíssimos. As filas chegam para lá da Veneza. -----

Tendo em conta que a rua Justiniano da Luz Preto, acho que é assim o nome, ainda não há muitos anos, tinha os dois sentidos, a minha questão vai no sentido de perguntar se não seria possível, enquanto as obras decorrem, voltarmos a ter os dois sentidos naquela rua, porque aliviaria imenso a entrada e a saída aqui em Ourém, pois sabemos que Ourém tem geograficamente estes constrangimentos, a Ribeira do lado de baixo e a Serra do lado de cima, e, portanto, dificuldade. Penso que a abertura desta rua, pelo menos parcialmente, desde o Montepio até o Plaza, já aliviava bastante a questão do trânsito. Quem vai para a Lourinha, para os lados de Caxarias, por exemplo, ou para a Gondemaria tem que cortar ao lado do Montepio para baixo, ir até a rua que vai para o Continente, subir e voltar para trás.

Pergunto se seria possível, pelo menos, abrir parte da via, já não digo toda, uma vez que não foi há muitos anos que ela estava aberta nos dois sentidos.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----  
“- Habitação e valores de referência em Fátima e Ourém. Os valores que existem, seja para Fátima, seja para Ourém, seja para Lisboa, seja para o Porto, seja para onde for, são todos tabelados e, portanto, nós não podemos fugir daqueles valores. -----



Se estes valores pelo qual foi adquirido o imóvel em Fátima, é bom dizer que o imóvel foi adquirido em Fátima já em estado muito adiantado de construção, estando agora a terminar, o valor está enquadrado dentro desses valores. Significa que o valor que nós agora vamos ter disponível para terminar a obra não pode ultrapassar o valor que está estipulado por metro quadrado. Ele foi alvo de uma avaliação contratada pelo IHRU de um perito da lista oficial que fez a avaliação e a avaliação enquadrou-se dentro dos valores que os proprietários estariam disponíveis para vender. Aliás, havia uma diferença de algum significado e os proprietários tiveram que, se quisessem fazer o negócio, baixar para o valor da avaliação que foi feita pelo perito do IHRU. Portanto, não podemos fugir disso e os valores são, como disse, tabelados. ---- Em Ourém, os valores de aquisição, porque não há nenhum imóvel construído, são muito mais baixos, penso que à volta dos 300.000euros por 2 lotes. O valor da construção não pode ultrapassar a totalidade daquilo que está também em termos de avaliação feito pelo IHRU. São todos iguais e não há qualquer tipo de situações em relação a isso. -----

Dizer também que estamos a tentar encontrar uma alternativa em Vilar dos Prazeres que temos identificada e um dos proprietários, são 2, está a pedir um valor superior ao valor da avaliação e possivelmente se ele não baixar esse valor, teremos que deixar cair o negócio e procurar uma alternativa diferente, pois, como disse, não podemos efetivamente ultrapassar aqueles valores. -----

- Rua Tenente Coronel Moreira Lopes e a futura rua das Serradas. É um processo que se arrasta na Câmara Municipal desde 2006, a negociação com 3 proprietários que são proprietários dos terrenos que irão atravessar aquela futura via. Só agora foi possível, depois de muito trabalho e de muitas conversações, chegar a acordo com os 3 proprietários, permitindo abrir a rua sem qualquer contrapartida financeira para o Município. As pessoas cederam os terrenos de forma gratuita, ficando com a possibilidade de poderem construir. Vai abrir ali uma frente de construção grande que permitirá construir, penso, não tenho a certeza, uns 8 ou 9 prédios em toda aquela zona. Não é só a rua que atravessa, mas a rua que vem do Jardim Infantil, que também vai atravessar e vai ligar a essa futura rua. Parece-nos a nós que é importante para a cidade que aquela zona fique ali mais desafogada e que possa permitir ali uma nova frente de construção. -----



Sobre a questão que colocou, dizer que sim. Este projeto já está adequado à futura rotunda, que ali irá ser erigida. Poderão haver algumas pequenas alterações, mas ela já está a fazer conta, nomeadamente a nível de infraestruturas subterrâneas, com essa futura rotunda, que ali será construída e que, neste momento, está a ser feito o projeto, contratado externamente, acompanhado obviamente pelos nossos serviços. -----

- Membros da direção da Insignare. Sim, houve efetivamente. De acordo com os estatutos da Insignare, penso que de 3 em 3 anos terá que haver eleição de novos membros, os membros da direção têm de indicar novos elementos. Dizer ainda, irá à próxima reunião de Câmara uma alteração desses elementos, porque indicámos 3 pessoas que fazem parte do executivo e o SEF também indicou uma pessoa que também faz parte do executivo. A manterem-se todas estas pessoas indicadas pela Insignare, poderíamos correr o risco de o órgão executivo municipal não ter quórum para algum dia poder decidir algo sobre a Insignare. Isto irá ser alterado a nível do Município, na próxima reunião camarária, indicando 2 pessoas que não fazem parte do executivo municipal, e que já fizeram parte dos órgãos sociais da ACISO, o chefe de gabinete e o Dr. Fernando Marques.

- Em relação à empresa que possa estar a causar alguns problemas a nível ambiental, a Caixamar. É um problema que se arrasta há décadas, desde que a empresa existe e que ainda ninguém teve a coragem de conseguir resolver. Neste momento, a Tejo Ambiente, a entidade que é responsável pelo ambiente e pelo saneamento no Município, está a elaborar um projeto de execução para ligar esta empresa e todas as empresas da zona industrial a um futuro coletor que depois irá levar os efluentes até às Etar's. Hoje existe uma ETAR da zona industrial que está obsoleta, que não tem capacidade de resposta para todos os efluentes que são produzidos naquela zona industrial. Pensamos, ainda durante este ano, lançar esse concurso para de uma vez por todas, resolvermos um problema de uma empresa importante, uma empresa que garante mais de 50 postos de trabalho, importante na nossa economia, mas que tem tido algumas dificuldades em resolver esse problema. Também a própria empresa está a fazer um investimento avultado, fazendo, julgo, um equalizador dentro das suas instalações para também ajudar a resolver este problema. Portanto, o que lhe posso dizer, é que a





situação está a ser acompanhada e que pensamos, a muito curto prazo, o ter a situação em definitivo resolvida. -----

- EN356. Trata-se de um projeto que temos efetivamente a fazer há algum tempo. Demorou mais tempo porque, como disse e bem, incluímos o alargamento do pontão existente na 356 e também porque resolvemos incluir a requalificação da Casa dos Cantoneiros, ali bem perto. O projeto está concluído. Pensamos, não sei se terá que vir à próxima Assembleia Municipal para autorizar a plurianualidade da despesa, para que possamos lançar o procedimento ainda este ano, que durante este ano ainda haverá obras, mais uma intervenção em alcatrão. Alguém disse que só fazemos alcatrão, mas é efetivamente uma das principais preocupações dos senhores presidentes de freguesia e nós, dentro das nossas possibilidades, vamos tentando resolver. Dizer também que demorou mais um pouco, porque queremos e entendemos que a faixa de rodagem tem que ter pelo menos 6,5m, alargando muito em relação ao que existe atualmente, sendo necessário construir muros de suporte, passeios, demorando assim um pouco mais a fazer. Como disse, estamos na reta final e seguramente, durante os próximos tempos, iremos ter o lançamento também desse concurso. -----

- TUFO. Este é um projeto que entendemos importante lançar para o Município, nomeadamente, para as cidades de Ourém e de Fátima. Não está ainda a funcionar na sua plenitude. Está a funcionar na sua plenitude os circuitos que idealizámos, mas faltará ainda, neste momento, a colocação da sinalização adequada, onde as viaturas param. Houve um problema com o fornecedor que inicialmente tínhamos previsto que poderia ser o fornecedor deste mobiliário. Houve um problema desse fornecedor, tivemos que trocar e estamos, neste momento, na fase final da contratação, pensando que até ao final do mês que vem, março, teremos também essa situação resolvida, que irá ajudar muito os utilizadores a saber quais os horários. Como também a questão da publicidade que praticamente ainda não fizemos, mas que também queremos fazer para os utilizadores saberem com o que podem contar, a que horas podem contar, mas também e especialmente na hotelaria, em Fátima, nas receções dos hotéis para que eles saibam que há uma viatura que aos sábados e aos feriados traz as pessoas que queiram visitar o nosso Castelo de Ourém. Não sei agora os preços, mas posso dizer que por 8 euros pode tirar um passe geral para o mês todo. Parece-me que é um valor



perfeitamente acessível, por 8 euros podem andar as vezes que quiserem no Tufo durante o mês. É um projeto que está a iniciar-se, é um projeto que temos uma expectativa elevada, que não está ainda a 100%, mas que achamos que poderá ser muito importante para o futuro dos habitantes e para todos aqueles que o queiram utilizar, essencialmente nestas 2 cidades. -----

- Antigo edifício da Rodoviária. Penso que já aqui falei mais do que uma vez, é um projeto que temos e queremos ali implementar uma loja do cidadão. Já tivemos 2 projetos para uma determinada tipologia de loja do cidadão. Nos últimos meses apareceu uma nova ideia da AMA, a Agência de Modernização Administrativa, de termos aqui uma loja já de terceira geração. Tivemos que refazer todo o projeto que tínhamos feito. Já esta semana houve uma reunião, a senhora Vice-Presidente com o projetista que nos está a acompanhar o projeto, e no próximo dia 26 iremos ter uma reunião com a AMA com o nosso projetista e com os nossos técnicos para ver se a AMA viabiliza e valida a nova versão de acordo com aquilo que eles pretendem, a tal loja 3.0, para que finalmente possamos ter o projeto concluído e o possamos candidatar a um aviso que penso irá abrir nos próximos meses para o financiamento. Este é o ponto de situação, esperando sinceramente que ele possa ter sucesso. Dizer também que o edifício irá ser destinado a loja do cidadão, mas que o terminal rodoviário de cargas e descargas de pessoas e bens ficará também nesse local. O projeto prevê também essa situação e, portanto, é isto que estamos neste momento a trabalhar, esperando que possamos concluir o projeto o mais rápido possível. Como disse, não está concluído, porque houve aqui uma alteração da tipologia exigida pela AMA para o edifício. -----

- Parque da cidade. Penso que fala no parque que fica atrás ou junto à Escola Secundária. Temos um projeto praticamente concluído ou concluído para poder avançar com a requalificação do espaço. Reconheço que é um espaço, como disse e bem, o pulmão da cidade. Mas, obviamente temos que ter prioridades e, neste momento, em Ourém temos investido em alguns espaços verdes, como o Jardim Plessis Trévisse que recentemente teve intervenção; o Parque Dr. António Teixeira, fizemos a ampliação e estamos também a trabalhar na ampliação do mesmo até ao Intermarché. E, por exemplo, Fátima continua sem um parque da cidade. Portanto, temos de ter prioridades e eu acho que, neste momento, a prioridade do Município, em termos de espaços verdes, é efetivamente avançarmos para encontrar uma



forma de arranjar e encontrar um parque na cidade em Fátima, e este aqui, obviamente não ficando de lado, mas a não podermos dar a prioridade que gostaríamos a este parque. Não obstante isso, acho que podemos, sem fazer aquela requalificação mais profunda que está prevista, pelo menos dar ali um arranjo para que possa ser mais frequentado e melhor utilizado por todos os utentes e por todos os ourensenses, pois reconheço, também ali passei muitos momentos da minha infância, que é um espaço que diz muito aos ourienses. -----

- Trânsito acumulado nas entradas de Fátima. Não tenho muito que dizer, porque efetivamente já se falou aqui na questão da estrada da Loureira, hoje, Avenida Nossa Senhora de Fátima que tem muito trânsito. Poderíamos dizer que tem a ver com as obras que ali foram executadas com os semáforos que ali estão. Admito que isso possa acontecer, mas também falou aqui, e bem, na estrada da Batalha, na Moita e não houve qualquer tipo de intervenção nos tempos mais recentes. Portanto, é uma situação que vem vindo a acumular, se calhar por força de maior número de pessoas a querer entrar em Fátima diariamente, admito isso perfeitamente. Isto, só se poderá resolver no futuro com alguma variante que está projetada no plano de Fátima, mas que não se faz de um dia para o outro e, portanto, não tenho para já grande solução para essa situação. Reconheço o problema, reconhecemos o problema, reconhecemos os incómodos que isso causa, mas, neste momento, não tenho solução imediata para esse problema. -----

- Constrangimento/ alternativa na rua Doutor António Justiniano da Luz Preto. Dizer-lhe que, ou esqueceu-se ou não conhece, porque para ir para a Lourinha pode ir pela ACISO, não é preciso ir lá à frente, e depois voltar para trás. A situação que colocou já foi discutida no âmbito do nosso executivo, nomeadamente, o facto da via poder ter dois sentidos desde o Montepio até ao cruzamento da Lourinha. Já discutimos isso no executivo, mas não avançámos porquê, muito em breve, vai haver obras também nessa via fruto de uma intervenção que a BeWater está a fazer. Quem vem da Lourinha já se apercebeu da intervenção que vem desde os depósitos da Lourinhã e está a chegar já ao cruzamento que vai para o Continente. Penso que que durante a próxima semana chegará também a esta via à rua Doutor António Justiniano da Luz Preto, segue depois até ao Centro de Saúde, depois irá do Montepio também para baixo, até ali ao Jardim Plessis Trévise, passará também em frente à Caixa Geral de Depósitos e



ligará a Avenida. Esta é a intervenção em curso. É uma intervenção fundamental e importantíssima para resolver de vez os problemas de falta de água que existem amiúde de vezes na cidade de Ourém. Todos sabem que estamos a falar de uma via adutora que quando tem alguma rotura, toda a cidade fica sem água e, portanto, esta intervenção que está a ser feita é a solução que vai, definitivamente, resolver esse problema. Não fazia qualquer sentido, estarmos a colocar dois sentidos para logo a seguir termos que os retirar outra vez, porque a obra vai avançar, entretanto. Foi por isso que não o fizemos ainda e parece-nos que não o vamos fazer já porque, como vos disse, vai haver essa intervenção e, entretanto, pensamos que, lá para o final do mês de março, uma via da intervenção, que está a decorrer em frente ao Lidl, poderá ser aberta. Havendo uma via reaberta, possivelmente, muitos dos constrangimentos que temos hoje irão ser resolvidos. Sabemos do incómodo, sabemos dos constrangimentos, mas acho que é melhor haver constrangimentos do que ter uma cidade parada, como teve 20 anos sem qualquer tipo de intervenção. É para isso que estamos a trabalhar todos os dias, sabendo que além destes incómodos, haverão outros no futuro, porque temos outras intervenções previstas para a cidade que irão ocorrer. Temos de estar preparados porque o futuro, com certeza, será muito melhor para todos nós que aqui habitamos, para todos nós que aqui vimos ao Concelho de Ourém. -----

Muito obrigado.” -----

----- Aberto o segundo período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente Câmara, são esclarecimentos sobre as duas perguntas que fiz e as respostas que deu. -----

Recordar o senhor Presidente da Câmara que houve, ainda está a decorrer, não há resultados finais, uma Comissão sobre o ensino profissional, que decorre nesta Assembleia, e quando ouvimos as pessoas, inclusive senhor Presidente, como Presidente da Direção, foi visível, para quem assistiu, o desconforto de haver uma entidade concorrente que era sócia da entidade em causa. Agora chegamos ao limite de um vereador do Município ser nomeado por essa entidade também para a Direção. Acho que, se o problema já era grande anteriormente, era um



desconforto. E, quem ouvimos, foi claro quanto a isso. Eu como deputado municipal, como ourensense, não me sinto nada tranquilo com esse aumentar, não quero chamar promiscuidade, nada disso. Não é ilegal, obviamente, mas não fica bem. Acho que há mais pessoas no concelho que são capazes, portanto, acho que não é bom para Insignare e, acima de tudo, para o órgão Insignare, que o povo laranja domine mais um bocadinho ainda a coisa. -----

Quanto à questão ambiental, senhor Presidente da Câmara fez questão de dizer o nome. Eu não disse porque era uma denúncia anónima. O Presidente disse que isso é um problema que se arrasta há anos, mas obviamente, o Presidente com certeza que não vai desmentir, devido a um acrescento no negócio da empresa em causa, a coisa adensou-se brutalmente, portanto, temos que ser sérios também quanto a isso. Há um novo ramo de negócios, todos estamos muito contentes com a empresa a ter sucesso, é uma empresa ourensense, pessoas nossas conhecidas, com muitos empregos, mas não pode valer tudo. Portanto, em abono da verdade e para que fique esclarecido, os problemas ecológicos aumentaram, consideravelmente, nos últimos anos. O que eu lhe quero perguntar como Presidente da Tejo Ambiente, é se a Tejo Ambiente garante que, no final destas obras de custo avultado de dois ou três milhões de euros, no final destas obras, a população de Ourém pode ficar, completamente, tranquila que o problema de poluição que nos leva a ser desditos no concelho de Tomar, que acaba por levar com aquele problema no final da coisa, se como Presidente da Tejo Ambiente consegue garantir aos cidadãos do concelho de Ourém e do conselho de Tomar também, porque as coisas não são estanques, se o problema ambiental fica resolvido e quando é que fica resolvido? Porque das pessoas que eu ouvi, a questão é muito mais grave. Fomos alertados e fomos à procura de fontes de informação. Com base na nossa segurança, como cidadãos, que poderia estar em causa, se nos pode garantir isso.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Em relação à primeira questão, de uma forma clara, obviamente que há. A questão deve ser colocada à entidade que nomeou essa pessoa e não à Câmara Municipal. A Câmara Municipal nomeou os seus representantes e essa entidade nomeou o seu representante, que entendeu nomear, portanto, a questão que o senhor deputado aqui coloca deve colocá-la diretamente a essa entidade, porque foi ela que nomeou. Diz-me que Câmara Municipal hoje é muito laranja,



se calhar no passado era muito rosa, mas é assim. As pessoas indicam quem têm confiança para representar as suas entidades. -----

Em relação à segunda questão, a poluição em Tomar não é seguramente causada por esta empresa, porque os efluentes desta empresa não vão para a suposta ETAR que possa causar problemas em Tomar. Obviamente que a situação está identificada. A Tejo Ambiente vai intervir, uma intervenção que vai custar, se calhar dois milhões de euros, não é para resolver única e exclusivamente o problema da Caixamar nem da zona industrial, é para dar saneamento a Urqueira, a Aldeia Nova e a uma parte do Olival. Tem que se fazer um emissário para que estes lugares, estas freguesias, possam ter as suas redes ligadas ao emissário, que é, curiosamente ou não, o mesmo emissário que há de passar na Conceição, que irá ligar a Caxarias e que vai também apanhar os efluentes da zona industrial. É isso que está a ser feito e é isso que vai ser resolvido e que nunca ninguém foi capaz de o fazer. -----

Diz-me que tem mais atividade hoje. Não só hoje, se calhar há 7 ou 8 anos, pelo menos desde que este executivo está em funções, nunca, pelo menos que eu tenha conhecimento, não houve qualquer investimento adicional na Caixamar. Há efetivamente intenção de o fazer. Sei que a empresa tem essa intenção, tanto que comprou terrenos para o fazer, mas que eu saiba, não foi feito. Portanto, já vinha há mais de 6 anos que esse acréscimo de produção foi feito. Tem havido problemas, todos estamos sensibilizados para o efeito e estamos a procurar resolvê-lo. -----

Em relação à segunda parte da questão, a ETAR de Seiça. Estamos neste momento, como sabe, com uma intervenção de cerca de um milhão de euros na ETAR para tentar resolver alguns dos problemas. Dizer ainda, de forma clara, que o maior problema do Nabão e da poluição do Nabão tem a ver com a falta de separativos. Quando existem cheias, quando chove muito, as águas pluviais infiltram-se nos coletores de saneamento doméstico e isso, obviamente, vai sobrecarregar a ETAR que não terá capacidade para fazer face ao volume de água que ali chega e isso é uma das principais razões pela qual há também a poluição no Nabão. Mas para isso, são precisos quinze ou vinte milhões euros. A situação está identificada. O senhor Ministro do Ambiente, o Ministério do Ambiente sabe o que é necessário fazer para resolver o problema. Portanto, a ETAR tem capacidade mais do que suficiente para tratar os



efluentes domésticos que ali chegam, mas não tem capacidade para tratar os efluentes domésticos que ali chegam misturados com água pluvial. Sejam os claros em relação a isso. Também dizer, que muita da poluição que eventualmente possa haver no Nabão, não parte daqui, porque muitas vezes vemos a ribeira que passa em frente ao Agroal completamente limpa, mas há descargas nesse intervalo, entre o Agroal e o Rio Nabão, nomeadamente a cidade de Tomar. O que posso dizer hoje, em termos de equipamento, porque é isso que estamos a fazer, maquinaria, a ETAR de Seiça irá melhorar muito o seu funcionamento, mas enquanto o que estiver a montante não ficar definitivamente resolvido, a situação também não se conseguirá resolver. -----

Muito obrigado.” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO DE 2023) – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO DE 2024) -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13373** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação dos documentos acima referidos, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e bem assim nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º, do citado diploma legal. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a sua informação registada sob o n.º 8814/2024, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: **“1. Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – Ano económico de 2023 -----**



---- O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Anexo - A), findo em 31 de dezembro de 2023, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, em 11.712.113,35 euros. -----

---- Neste âmbito, reporta a LOE/2024, no seu artigo 77.º, que é permitida, com a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, a incorporação deste saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas. -----

---- Consequentemente, propõe-se a aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Anexo – A), e em virtude da existência de um saldo de execução orçamental positivo, com a sua aprovação, efetuar a sua incorporação no orçamento de 2024, com recurso à revisão orçamental que seguidamente se propõe. -----

## **2. 1.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2024**-----

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 77º da LOE/2024 /Lei 82/2023, de 29 de dezembro, propõe-se a aprovação da 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2023, onde se observa:-----

- Orçamento da Receita -----
  - Reforço da classificação económica inerente ao saldo da gerência apurado em 11.712.113,35 euros; -----
  - Anulação do saldo da gerência previsto, porque então dotado em rubrica residual, no valor de 10.749.913,35 euros (previstos 10.750.000 euros, contudo, para que o orçamento disponha de um valor global previsional arredondado e para que a rubrica em referência permaneça aberta, salvaguardando o recebimento de receitas decorrentes de uma eventual situação imprevista, permanece um saldo no classificador económico da receita designado de 13.01.99, no montante de 86,65 euros.





- Face ao disposto no ponto anterior, deriva um saldo disponível para afetar a novas despesas num valor de 962,200 euros; -----
- Diminuição da receita prevista no âmbito da contratualização com o IHRU para a disponibilização de habitação a custos de arrendamento controlados, considerando o atraso temporal já verificado, pelo que se repercute uma diminuição da receita em 2.202.500 euros, aumentando em igual valor no ano económico seguinte, ou seja, em 2025. -----
- Em suma, o orçamento da receita tramita para um valor global de 65.120.550 euros em 2024. -----
- Orçamento da Despesa-----
  - Observa o impacto da aplicação da alteração remuneratória excecional resultante da aplicação do Decreto-Lei 75/2023, com os seguintes reforços: -----
    - 02/01.01.04.02 – Reforço em 93 mil euros; -----
    - 02/01.01.14.01 – Reforço em 15.500 euros; -----
    - 02/01.03.05.02.01 – Reforço em 25.800 euros. -----
  - (restantes impactos no orçamento da despesa, resultam das alterações que seguidamente se dispõem, nas Grandes Opções do Plano); -----
- Orçamento das Grandes Opções do Plano -----
  - Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 01/001-2021/160 em 50.000 euros (Reparação e Requalificação da EB23 IV Conde de Ourém); -----
  - Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 01/001-2021/161 em 50 mil euros (Reparação e Requalificação da EB23 de Caxarias); -----
  - Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 04/001-2022/157 em 100 mil euros (Ampliação do Centro de Saúde de Ourém); -----
  - Anulação de verba prevista no projeto no projeto 05/001/2024/163-1 em 1.460.250 euros em 2024 com reforço no mesmo valor no ano de 2025 (Habitação para arrendamento a custos controlados - Ourém); -----



- Anulação de verba prevista no projeto no projeto 05/001/2024/163-2 em 742.250 euros em 2024 com reforço no mesmo valor no ano de 2025 (Habitação para arrendamento a custos controlados – Fátima);-----
- Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 05/003-204-49-4 em 390 mil euros (Rede de iluminação pública – substituição para LED's);-----
- Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 07/001-2023/170 em 91.500 euros (Estabilização de emergência – danos causados pelos incêndios – agosto/2022); -----
- Inclusão do projeto 10/001-2024-179-1 com uma dotação de 100 mil euros em 2024 (Parque Verde da Cidade de Fátima – Estudos e projetos; -----
- Reforço da verba no ano de 2024, constante no projeto 12-003-2024/142 (projeto genérico de investimentos incorpóreos, nesta circunstância para afetar à Carta Municipal de Habitação) em 46.400 euros. -----

---- Na 1.ª proposta de revisão orçamental ano económico de 2024, consta: -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2023 (Anexo – B);-----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2022 (Anexo– C);-----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2023/2027 (Anexo – D);-----

---- **Aprovação**-----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

---- Igualmente, compete à assembleia municipal a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental (Anexo – A), conforme prevê a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o mapa mencionado integra os documentos de prestação de contas do município, devendo esta ser uma ação precedente à aprovação da revisão orçamental. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Como o senhor Presidente disse, cá estamos num “habitué” nesta primeira reunião de Assembleia Municipal do ano. -----

Como nós indicámos e alertámos na votação do orçamento para ano 2024, estes orçamentos recordes que fazem grandes capas de jornais são, acima de tudo, pouco credíveis, sendo absolutamente irreais porque estão empolados pelas transferências dos saldos de gerência que, no caso, já vamos nos 11 milhões e setecentos mil euros. -----

Parece que agora, a nova narrativa utilizada na reunião de Câmara é que os concelhos vizinhos do PS também fazem assim. O problema é que não se comparam os bons exemplos de governação do PSD no distrito. Senão, vejamos. Das 5 câmaras lideradas pelo PSD no distrito de Santarém, só 2 é que não devolveram IRS aos munícipes, Ourém e Cartaxo porque não podem, estão sob intervenção. -----

No distrito de Leiria, câmaras da nossa envolvência, Alcobaça, Pombal, Porto de Mós, por exemplo, liderados pelo PSD, devolveram. Os maiores municípios do país liderados pelo PSD, Lisboa e Braga, devolveram. -----

Quase faz lembrar aquela antiga frase “orgulhosamente sós”. A boa governância da coisa pública, implica a capacidade de receber dos munícipes impostos, contribuições e taxas e aplicar a sua totalidade na satisfação das necessidades dos próprios em bens, serviços e equipamentos municipais. O que se passa com as receitas, principalmente, as correntes, têm sido cobradas, enquanto que a sua aplicação em despesas não se tem verificado, implicando excesso de receita que se encontra amealhada em contas de depósito à ordem em bancos. Com certeza que já ouviu isto. Nunca é demais salientar e reforçar. Autoria da senhora vereadora Cília Seixo, na última reunião de Câmara. -----

Obviamente, estas alterações orçamentais aqui propostas, não resultam em qualquer alteração política municipal, e não podem ter o nosso voto favorável. -----

Disse” -----



= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “No que se refere a este ponto da Ordem de Trabalhos, cumpre-nos fazer, em primeiro lugar, um breve enquadramento desta questão, e dizer que o **saldo final da gerência anterior** é o valor que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico. -----

Este saldo encontra-se expresso no mapa de fluxos de caixa, documento que reflete a execução orçamental. -----

Pelo que, em termos patrimoniais, o montante do saldo da gerência anterior corresponde aos valores em caixa e em depósitos bancários espelhados no balanço, acrescido do saldo de operações de tesouraria. -----

Dito isto, se é verdade que o valor apurado de mais de 11 Milhões de Euros (mais concretamente **11.712.113,35 Euros**) poderá reflectir um excesso de receita quando comparado com o orçamento inicial, assim como um incremento da poupança ao nível da despesa corrente prevista em orçamento, se tudo isto é verdade, não deixa de ser menos verdade o facto de o saldo final da gerência anterior também poder reflectir os investimentos que, embora inicialmente previstos, **não foram depois executados**. -----

Ora, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, continuamos a achar que é precisamente nesta última variável que a questão se coloca com maior premência. -----

Na realidade, parece-nos que a não realização de investimentos que estavam inicialmente previstos pressupõe uma certa incapacidade de a Câmara Municipal cumprir com aquilo que se propôs fazer. -----

Outro tanto se diga em relação à redução, para cerca de metade, da receita contratualizada com o IHRU para a construção de habitações para arrendamento a custos controlados em Ourém e Fátima, repercutindo esse valor (2.202.500,00€) apenas no exercício do próximo ano, o que não deixa de ser um sinal preocupante para o mercado do arrendamento e, em particular, para quem dele depende para ter acesso a uma habitação. -----



Neste sentido, à semelhança do que fizemos aquando da discussão do Orçamento 2024 e das GOP'S, o nosso sentido de voto neste ponto da Ordem de Trabalhos não pode deixar de ser o da **ABSTENÇÃO.** -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: "Gostaria de dizer ao senhor deputado Nuno Baptista que não está aqui em questão o orçamento, está em questão a revisão, não sei porque traz aqui a questão do IRS, nada tem a ver uma coisa com a outra. -----

Dizer que se nós estamos "orgulhosamente sós", eu diria que os senhores são "orgulhosamente teimosos" porque o Dr. Fernando Marques, não é afeto a este executivo nem a ninguém particular, já explicou uma, duas, três, quatro, cinco vezes porque é que há este saldo de gerência e porque é que os saldos bancários existem. Explicou várias vezes e os senhores continuam, todas as reuniões, em abril vão voltar a fazer o mesmo, a dizer o mesmo, que a Câmara tem 11 milhões de euros no banco. Senhor deputado, de uma vez por todos, a Câmara tem 11 milhões de euros no banco para fazer face às obras que estão em curso. ----- Estou a dizer-lhe que é isto que acontece. Se o senhor não quer aceitar, acreditar no técnico municipal, arranje um da sua cor política para que venha aqui dizer que tem de ser assim, para ver, se de uma vez por todas, os senhores se calam, no bom sentido e em relação a isto, com esta situação, que não tem qualquer sentido. -----

Dizer ainda, uma Câmara nossa vizinha que, recentemente, aprovou um saldo de gerência de 35 milhões de euros. Dizem, o orçamento talvez seja mais alto. É, mas não é o dobro do nosso, é um orçamento de 147 milhões de euros e nós temos de 66 milhões de euros. só fazer as contas. 66 para 11 e 147 para 35 e veremos onde está o valor mais alto. Mas, apontava outros exemplos. O senhor deputado apontou exemplos de IRS, eu gostava que apresentasse outros exemplos de saldos de gerência de outras câmaras da nossa região e do país para verem a dificuldade que nós, enquanto executivo, sejam socialistas, sejam comunistas, sejam sociais democratas, sejam CDS, sejam outra coisa qualquer, temos para fazer face a isto. Ou o senhor acha que nós, enquanto executivo, temos algum prazer em que as obras se atrasem, em que os procedimentos se atrasem. Claro que não. Agora, a burocracia, as fases, as etapas de um concurso são tantas e tão burocráticas que é difícil nós fazermos mais do que aquilo que temos



vindo a fazer. Erramos. Claro que erramos todos os dias. Poderíamos fazer melhor. Podíamos. Agora não me venham dizer que isto, este dinheiro que está em caixa, é por falta de podermos fazer mais e mais rapidamente. Isso, não aceito. E já foi explicado, como disse, uma, duas, três, quatro, cinco vezes. -----

Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da AMO, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs o seguinte: “Já é a segunda vez. Na última reunião ainda se levou um pouco na brincadeira. Já é a segunda vez que duas pessoas, um colega deputado municipal, agora curiosamente por um secretário da Mesa, que chamem de ignorante. -----

O senhor Presidente da Câmara tem todo o direito de explanar aquelas ideias. O senhor técnico da Câmara tem todo o direito de explanar e eu tenho o direito de não concordar. -----

Posso cá trazer, no próximo orçamento, alguém que já foi vereador neste executivo e não terá problema nenhum em explicar exatamente o contrário. -----

Quando há opiniões divergentes, e eu respeito profundamente o que o senhor Presidente Câmara está a dizer, não concordo, mas respeito, mas vindo de um colega deputado, de um representante nosso, dos deputados, acho que é um sinal péssimo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, MAIORIA, 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 27 VOTOS A FAVOR – 21 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 32 PRESENCAS -----**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS ----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13305** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.29,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização necessária para contratação do citado empréstimo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 15 de janeiro em curso, a Câmara deliberou incumbir o Chefe da Divisão de Gestão Financeira de proceder à análise das propostas então apresentadas por diversas instituições financeiras, para a contratação do empréstimo indicado em epígrafe, no valor de **4.750.000,00€**. -----

---- Em cumprimento daquela deliberação, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a sua informação registada sob o n.º 100.998-A/2023, que se passa a transcrever: “Neste contexto, analisaram-se as 5 propostas rececionadas, no âmbito da contratualização de um empréstimo de longo prazo, no montante de 4.750.000,00 euros, pelo período de 15 anos. --

-----Quadro – Análise das propostas recebidas -----



	CCAML	BPI	CGD	Millennium BCP	Novo Banco
Montante proposto	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €
Período	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos
Prazo de utilização	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Período de carência	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Amortizações	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais, contantes, iguais e sucessivas de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital
Euribor	Euribor a 12 meses	Euribor a 12 meses	Euribor a 6 meses	Euribor a 6 meses	Euribor a 3 meses
Spread	0,445	0,600	0,540	0,750	2,250
Comissões	Isento	Comissão de abertura: 750 euros	Isento: Comissão apenas em caso de incumprimento no pagamento, sendo devida pela recuperação de valores em dívida	Isento	Comissão de montagem: 0,25%; Comissão de gestão: 0,125%
Floor	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero
Amortizações antecipadas	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização
Spread acrescido das comissões, tendo por efeito o valor apurado, face ao montante contratado	0,455	0,602	0,540	0,750	2,625
Taxa Euribor aplicável (à data de 15/01/2024)	3,570	3,570	3,874	3,874	3,928
Juro aplicável (Euribor acrescido do spread)	4,015	4,170	4,414	4,624	6,178
Classificação final	1º	2º	3º	4º	5º

---- Deste modo, conclui-se que a proposta mais vantajosa é a apresentada pela Caixa de Crédito de Leiria, pelo que se propõe a adjudicação do presente empréstimo à mencionada instituição financeira, estando este ato sujeito à autorização da assembleia municipal e a visto prévio do Tribunal de Contas. -----

---- À consideração superior” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --





\*\*\*\*\*

\*\*\*

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA -----

----- Redação corrigida a atribuir a este ponto da ordem trabalhos -----

**02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM – ARTIGO 40.º** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13339** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.29, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação da matéria acima referida. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 72.401-A/2023, da firma **Lança Encanto – Fabricação de Mobiliário, Limitada**, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 14, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a solicitar a esta Câmara Municipal a melhor análise do cálculo das taxas relativas à 2.ª prorrogação de prazo do alvará n.º 191/2021, correspondente ao processo de obras n.º 322/2021 (ampliação de pavilhão destinado a indústria), por entender que o mesmo é excessivo quando comparado com a 1.ª prorrogação. -----

---- O processo encontra-se instruído com as informações que a seguir se especificam: -----

- Registada sob o n.º 72.645/2023, da **Divisão de Urbanismo e Território** a esclarecer que ao cálculo das taxas da 2.ª prorrogação do alvará, acresce 10%, por mês, ao valor da taxa inicial, de acordo com o n.º 4, do artigo 57.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém; -----
- Registada sob o n.º 77.692/2023, da **Chefe de Divisão de Urbanismo e Território**, a referir que suscitam dúvidas, sobre a interpretação da expressão “valor da taxa inicial”, porquanto não se entende se se contabilizam as taxas das infraestruturas e as



administrativas ou apenas estas, uma vez que aquelas já foram cobradas na licença inicial; -----

- Registada sob o n.º 2591/2024, da **Divisão de Urbanismo e Território**, a dar conta de que a requerente procedeu ao pagamento do montante de 9.601,76€, pela 2.ª prorrogação da licença por quatro meses (10% por mês que inclui o valor das infraestruturas), que sem estas seria apenas de 2.679,32€; -----
- Datada de 15 de janeiro corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que se passa a transcrever: “No regulamento atual e nos que o antecedem, os 10% têm-se aplicado também sobre o valor das infraestruturas, enquanto penalização que visa desincentivar a prorrogação de prazos, pelos diversos inconvenientes que induze, Contudo, a aplicação dos 10% em causa ao valor das infraestruturas, em certa medida, pode configurar alguma desproporcionalidade, pelo que, nos termos do artigo 40º do regulamento, a interpretação e integração de lacunas suscitadas podem ser definidas pela Assembleia Municipal, pelo que se propõe submeter este requerimento para entendimento expreso da assembleia municipal, passando o entendimento que for determinado pela assembleia a vigorar como a aplicação a observar no que se dispõe ao artigo em dúvida. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Duas questões -----

Uma das questões tem a ver apenas com o ponto de vista formal, não do ponto de vista substancial porque a questão para mim é pacífica. Não me choca ver que um promotor que pede uma segunda prorrogação não tenha de pagar em duplicado uma taxa de infraestruturas.

A minha questão é do ponto vista formal. Dizer, sem prejuízo de na reunião de conferência de líderes termos analisado esta questão, parece-me de todo errado que ela esteja mal enunciada neste ponto para discussão. Não estamos a tratar de uma votação de um licenciamento de



operação urbanística. Estamos a exercer um direito que compete à Assembleia Municipal, por via do artigo 40.º do Regulamento que impõe claramente que a interpretação e integração das lacunas suscitadas ao abrigo deste Regulamento são da competência exclusiva, própria, diria eu, da Assembleia Municipal. -----

Dizer também que é feita uma proposta da Câmara Municipal como que esvaziando a competência que é exclusiva da Assembleia Municipal. -----

Parecia-me mais lógico haver aqui não uma proposta da Câmara Municipal, mas um parecer, uma orientação que permitisse aos membros da Assembleia Municipal, nomeadamente, em conferência de líderes, puderem, com base nessa recomendação ou nessas orientações, formular a sua opinião. Da forma como esta questão está a ser colocada, parece-me que esvazia aquilo que é uma competência que o próprio Regulamento prevê que atribui essa interpretação à Assembleia Municipal. Até porque nem sequer a norma do artigo 40.º refere que é sob proposta da Câmara Municipal. Estamos aqui num âmbito de competência exclusiva nossa. Estarmos a votar uma coisa baseada numa proposta, acho que é esvaziar um pouco o nosso trabalho enquanto deputados. Portanto, em situações análogas que se repitam no futuro, sugiro que, em sede de conferência de líderes possamos analisar esta questão numa primeira abordagem para depois chegarmos aqui e os deputados possam emitir uma opinião e não sermos incutidos por aquilo que é a opinião dos serviços da Câmara Municipal que, como digo, sem prejuízo da sua competência e da sua responsabilidade nesta matéria, terão a possibilidade de emitir um parecer ou uma recomendação. Parece-me que compete a esta Assembleia Municipal interpretar as normas. -----

Muito obrigada” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que, em reunião Comissão Planeamento Estratégico, foi definida uma outra redação para este ponto da ordem de trabalhos, contudo, por lapso dos serviços, a mesma não foi transcrita em Edital, pelo que pediu desculpa. -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara Municipal -----



Relativamente a esta prorrogação da taxa que vai sair sobre a taxa administrativa, os 10% vão continuar a aplicar-se mês a mês. -----

Outra questão. Relativamente à eficácia desta alteração, terá efeitos imediatos a partir desta Assembleia. Relativamente a quem, anteriormente, dias ou semanas, fez prorrogações de taxas, está previsto alguma coisa? -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Relativamente à primeira questão. sim, os 10% irão continuar a aplicar-se. é o que está previsto na taxa do Regulamento do Município. -----

Quanto à segunda questão. aplica-se a esta empresa que suscitou a dúvida, aplicando-se, daqui para a frente, a todas as outras. A Lei não permite que possa haver retroatividade nestes processos. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, deu entrada na sala o membro da AMO, Tiago Ferreira Simões Vieira

----- Ausentou-se da sala o membro da AMO, Edgar Ferreira Enes -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE INTERVENÇÃO NA VIA PÚBLICA DO CONCELHO DE OURÉM – CONSULTA PÚBLICA** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13388** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação da matéria acima referida. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 04 de setembro de 2023, a Câmara deliberou concordar com a versão final do projeto de revisão do regulamento acima designado e remetê-la à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação atual), tendo sido aprovada em sessão ordinária daquele órgão deliberativo, realizada em 28 também de setembro de 2023. -----

---- Por se constatar que a referida versão continha uma norma já revogada, nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com os seguintes documentos: -----

- Informação, datada de 26 de dezembro de 2023, do **Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso** a propor a devida retificação e bem assim, a repetição do ato de consulta pública, a fim de ser sujeita a nova aprovação por parte dos órgãos executivo e deliberativo; -----
- Versão final do projeto de revisão do “Regulamento de Intervenção na Via Pública do Concelho de Ourém”, registada sob o n.º 61.054-A/2022. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE MINDE – TROÇO ENTRE O KM 72+890 E O KM 75+875 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13405** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, do seguinte modo: -----

----- Ano 2024 – 886.370,11 euros -----

----- Ano 2025 – 1.772.740,22 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente à empreitada mencionada em título, foi apresentado o processo registado sob o n.º 10.466/2024, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, a anexar o respetivo projeto, composto por memória descritiva e justificativa, peças desenhadas, mapa de medições e estimativa orçamental, no montante de 2.508.594,65€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** prestou a informação registada sob o n.º 10.544/2024, a dar conta de que a assunção da plurianualidade da despesa em apreço é da competência do órgão deliberativo, especificando os valores a repartir (Ano 2024 – 886.370,11€ e Ano 2025 – 1.772.740,22€). ----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*



**02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P246/2023 –  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PELO PERÍODO DE 36  
MESES (90405/2023) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2099** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir os encargos decorrentes do procedimento em apreço, do seguinte modo: -----

----- Ano 2023 – 1,00 euro -----

----- Ano 2024 – 8.400,00 euros -----

----- Ano 2025 – 14.400,00 euros -----

----- Ano 2026 – 14.400,00 euros -----

----- Ano 2027 – 5.999,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 90.405/2023, do **Serviço Interno de Segurança e Saúde no Trabalho**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do mencionado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 18 de dezembro findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 43.200,00€, isento de IVA e o prazo de execução em 36 meses e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimento anterior idêntico. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 20 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, deu entrada na sala o membro da AMO, Edgar Ferreira Enes -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P007/2024 – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DE FÁTIMA (2688/2024) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9360** datado de **2024.01.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos abaixo referidos, os encargos decorrentes do procedimento em apreço: -----

----- Ano 2024 – 770.000,00 euros -----

----- Ano 2025 – 842.142,32 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 2688/2024, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a anexar o projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe, pelo montante de 1.520.888,98€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 365 dias, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 10 de janeiro em curso, do **Serviço de Contratação Pública e**





**Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em trabalhos similares e em consultas efetuadas a fornecedores de materiais e a empreiteiros da especialidade. Mais refere, que devido à especificidade da obra, decidiu-se pela não contratação por lotes, por se tratar de um conjunto edificado, cuja divisão poderia resultar em graves constrangimentos para a execução da empreitada. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 11 também do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P237/2023 – REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE LOUÇÃS PARA CRECHE (100964/2023) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9314** datado de **2024.01.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----



----- Ano 2024 – 842.294,39 euros -----

----- Ano 2025 – 280.765,86 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 04 de dezembro de 2023, na presença do processo registado sob o n.º 100.964/2023, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a Câmara deliberou aprovar o projeto de execução então apresentado, para efeitos do designado em epígrafe e incumbir o Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento de iniciar o respetivo procedimento. -----

---- Em cumprimento daquela deliberação, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** exarou no processo uma informação, datada de 05 de janeiro em curso, a anexar os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 1.059.489,80€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 365 dias. -----

---- Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimentos anteriores similares e em consultas externas efetuadas a fornecedores de materiais e a empreiteiros da especialidade e que a decisão da não contratação por lotes, justifica-se, uma vez que o projeto consiste num conjunto edificado, que funciona como um todo e a sua divisão poderia resultar em graves inconvenientes para a realização da obra. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*



\*\*\*

**02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P001/2024 – REABILITAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO – RUAS DIVERSAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL (80493/2023) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9340** datado de **2024.01.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 802.411,41 euros -----

----- Ano 2025 – 229.260,40 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do processo registado sob o n.º 80.493/2023, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do acima referido, instruídos com uma informação, datada de 09 de janeiro corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 973.275,25€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 270 dias e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço resultou de empreitadas recentes com trabalhos da mesma natureza. -----

---- Mais refere, que face à especificidade técnica de alguns trabalhos, decidiu-se pela não contratação por lotes, com maior garantia de execução e planeamento dos mesmos e mais eficiência em termos de gestão e acompanhamento. -----

---- Do processo faz ainda parte uma informação, datada de 11 também do mês corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas e a salientar a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em



observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, com o seguinte cronograma financeiro: Ano de 2024 – 802.411,41€ e ano de 2025 – 229.260,40€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala o membro da AMO, Luís Alexandre Serras de Sousa -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PROPOSTA DE PROTOCOLO** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2145** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar a Freguesia de Urqueira, no âmbito da elaboração do projeto de execução de “Ecovia de Urqueira”, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 108.203/2023, a **Freguesia de Urqueira** remeteu a proposta de honorários da firma **My Project, Limitada** (com sede na Rua 1.º de Maio, n.º 63, da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do Concelho de Entroncamento), no montante de 24.850,00€ + IVA, referente à elaboração do projeto de execução de “Ecovia de Urqueira” e solicitou o apoio desta Autarquia, através da comparticipação das referidas despesas. -----



---- O processo encontra-se instruído com a proposta de texto de protocolo, a celebrar com a **Freguesia de Urqueira**, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 30.565,50€, os encargos decorrentes da elaboração do projeto de construção de caminho pedonal entre o Largo do Rossio em Urqueira e o Parque de Merendas de Amieira, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 19 de dezembro findo, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em assunto, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, deu entrada na sala o membro da AMO, Luís Alexandre Serras de Sousa -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COMODATO -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13345** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para celebrar o citado contrato de comodato. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de contrato de comodato registada sob o n.º 92.337-A/2023, a celebrar com a **Freguesia de Caxarias**, sediada na Rua dos Combatentes, n.º 202, em Caxarias, deste Concelho, que visa a cedência gratuita, em regime de comodato, de 1/2 do prédio urbano (designado por “Antiga Casa do Povo – Caxarias”), propriedade deste Município, sito na Rua 25 de Maio, n.º 22, em Chã, da dita freguesia, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1264 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2706, válido pelo período de 25 anos, com vista à instalação de uma creche. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade Presidente Junta Freguesia Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes e a todos os que nos acompanham através dos meios digitais. -----

Este projeto de cresce é um projeto que a Junta de Freguesia tem trabalhado arduamente durante estes dois anos de mandato, de forma a que se tente resolver, o mais rápido possível, uma carência da nossa Freguesia, que tem prejudicado muito as famílias, nomeadamente as que têm crianças bebés. -----

Quero aproveitar este momento, para agradecer ao senhor Presidente Câmara Municipal e ao seu executivo e a todos os intervenientes pela elaboração e concretização deste protocolo que vai permitir que a Junta de Freguesia apresente a candidatura ao PRR para avançar com o projeto que já está em fase avançada do seu licenciamento. -----

Quero deixar claro que sem a delegação de competências na área da Saúde, a Junta de Freguesia tinha e tem 50% deste imóvel. Com a passagem ou aceitação de delegação competências que o Município assumiu, nomeadamente, as competências da Saúde, este imóvel passou a ter dois titulares, a Junta e a Câmara Municipal. -----



Aproveito também para frisar que este edifício foi construído pelo povo e que permitiu, durante todos estes anos, o funcionamento do nosso centro de saúde. -----

Era e é importante para nós dar-lhe um destino digno e acreditamos que este projeto, a concretizar-se, vai realmente dignificar este imóvel. -----

Neste momento, deixo o meu agradecimento ao senhor Presidente e ao executivo pela resolução deste problema e a apresentação deste protocolo. -----

Obrigado” -----

**----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.14 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE OLIVAL -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2086** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.12.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para revogar o protocolo celebrado a 26 de fevereiro de 2010 com a então Freguesia de Olival. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 108.885/2023, do **Setor de Património**, a propor a abertura de procedimento de hasta pública, para alienação dos imóveis do domínio privado do Município a seguir descritos, pelos valores base a definir superiormente, anexando, para o efeito, o respetivo Programa de Concurso: -----



1. Edifício da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, composto por rés do chão e logradouro, sito na Rua da Escola, n.º 12, em Barrocária, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, do Concelho de Ourém, com a área total de 1167 m<sup>2</sup> (área coberta de 90 m<sup>2</sup> e área descoberta de 1077 m<sup>2</sup>), inscrito na matriz predial urbana da dita união de freguesias sob o artigo 2040 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3089/Freguesia de Olival; -----

2. Edifício da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, composto por rés do chão e logradouro, sito na Rua da Escola, n.º 24, em Cumeada, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, do Concelho de Ourém, com a área total de 1174 m<sup>2</sup> (área coberta de 106 m<sup>2</sup> e área descoberta de 1068 m<sup>2</sup>), inscrito na matriz predial urbana da dita união de freguesias sob o artigo 1898 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 5232/Freguesia de Freixianda. -----

---- Em aditamento ao acima proposto, o **Setor de Património** exarou no processo uma informação, datada de 13 do corrente mês, a dar conta de que as instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Barrocária, foram cedidas à então Freguesia de Olival, através do protocolo celebrado a 26 de fevereiro de 2010, carecendo o mesmo de prévia revogação. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS – OURÉM – PROPOSTA DE PROTOCOLO** -----





----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2155** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para celebração do protocolo acima citado. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do contrato de financiamento que este Município pretende celebrar com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), foi apresentada a proposta de protocolo de colaboração registada sob o n.º 112.611-A/2023, a celebrar com a **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, sediada na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 77, em Lisboa, com vista a estabelecer as condições de cooperação técnica entre as partes, no âmbito da requalificação do edifício onde se encontra instalada a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados – Ourém, válido até à efetiva conclusão da obra. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO CONTRATO DE COMODATO COM A APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2054** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.12.18,



solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do texto da adenda ao contrato de comodato a celebrar com a APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, com vista à continuidade da cedência das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância, sítos em Alqueidão, Freguesia Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém, por um período mínimo de cinco anos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 99.798/2023, da **APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família**, com sede na Praça Dr. Francisco Vieira, n.ºs 120 e 122, nesta Cidade, a solicitar a esta Câmara Municipal a renovação do contrato de comodato, celebrado a 06 de junho de 2018, com vista à continuidade da cedência das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância, sítos em Alqueidão, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, por um período mínimo de cinco anos. -----

---- O processo encontra-se instruído com a proposta de adenda ao contrato, a celebrar pelo prazo adicional de 05 (cinco) anos, renovável por igual período. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO OURIENSE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESFILE DE CARNAVAL -----**



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9296** datado de **2024.01.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do pedido de isenção do pagamento do valor inerente à realização do desfile de Carnaval, no dia 09 fevereiro 2024. -----

----- **FACE AO EXPOSTO E ATENDENDO A QUE INICIATIVA NÃO SE REALIZOU DEVIDO ÀS CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS, ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU RETIRAR ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS – 33 PRESENCAS.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA RECEÇÃO GRATUITA DE RESÍDUOS VERDES NOS ECOCENTROS DE FÁTIMA E DE GONDEMARIA – ISENÇÃO DE TARIFAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13415** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 34.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para isentar a aplicação das tarifas associadas à deposição e recolha de bio resíduos verdes, prevista no artigo 82.º daquela tabela, por um período de cinco anos, atendendo à necessidade de se concretizar, até 2030, as metas definidas no PERSU 2030 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 105.335/2023, da **Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, com sede em Quinta do Banco, na localidade de Parceiros, do Concelho de Leiria, a solicitar a esta Autarquia, autorização para promover a divulgação do referido em assunto, instruída com a informação registada sob o n.º 107.283/2023, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor o seguinte: “(...) **Proposta dos Serviços:** -----

---- Se por um lado o município tem de cumprir as metas de desvio de biorresíduos, aumentando a recolha seletiva de verdes, por outro lado, a Valorlis necessita deles para



incorporar no processo de compostagem associado ao TMB (Tratamento Mecânico e Biológico) de Leiria, assim sendo propõe-se: -----

1. A isenção das tarifas, associada à deposição e à recolha de resíduos verdes, deposição nos ecocentros e recolha porta a porta, previstas no artigo 82.º do Edital n.º 581/2023 que aprova a alteração ao Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém, solicita-se a isenção no âmbito do n.º 3 do artigo 34.º do mencionado edital, por um período de cinco anos, uma vez que a autarquia deixou de ter custos com esta fileira e necessita de incentivar a recolha seletiva de verdes para o cumprimento das metas do PAPERSU2030, relativamente aos Biorresíduos;-----
2. Que se implemente, no início de 2024, a recolha porta a porta de verdes, por solicitação e mediante o fornecimento prévio de big bags, sempre que possível; -----
3. Que se divulgue a deposição gratuita de verdes no ecocentro de Fátima (apenas resíduos de relva e sobras de jardinagem, sem serem palmeiras, livres de inertes e de qualquer outro contaminante);-----
4. Que se contabilize todos os resíduos verdes resultantes dos jardins e espaços públicos municipais, providenciando o seu encaminhamento para a Valorlis. -----

**Conclusão:**-----

---- Face ao exposto solicita-se: -----

1. A aprovação da isenção das tarifas associadas à deposição e à recolha de biorresíduos verdes que estão previstas no artigo 82.º do Edital n.º 581/2023, que aprova a alteração ao Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém, isenção enquadrada no n.º 3 do artigo 34.º do mesmo edital, concedida por um período de cinco anos, dado que as metas a concretizar estão definidas até 2030; -----
2. A aprovação das medidas anteriormente propostas que visam o cumprimento das metas relativas aos resíduos verdes;-----
3. Que esta edilidade autorize que a Valorlis SA promova a divulgação da receção gratuita dos resíduos verdes nos ecocentros de Fátima e da Gondemaria, com a divulgação do serviço de recolha porta a porta de resíduos verdes, na área do concelho, no início de



2024, serviço a efetuar nos mesmos moldes da recolha de monos, ou seja, com solicitação e agendamento prévio (...).” -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade** exarou no processo a informação, datada de 05 de dezembro de 2023, que se passa a transcrever:

“Concordo com a proposta do SAI no registo n.º 107283/2023.-----

---- A CMO necessita de proceder à recolha seletiva de 289 toneladas de verdes em 2024, aumentando todos os anos, até atingir um valor de 756 toneladas em 2030. Em 2022 foram entregues no Ecocentro de Fátima 14 toneladas.-----

---- Estas metas de separação de verdes foram definidas pela APA e estão relacionadas com o PARPESU, que é o plano municipal para a gestão de resíduos, onde estão definidos investimentos. Caso as metas não sejam cumpridas, a CMO corre o risco de não ter as candidaturas aprovadas, para financiamentos nesta área (por exemplo, a construção de ecocentros, entre outros).-----

--- Assim sendo, na informação acima referida é proposto tomar medidas de incentivo ao depósito de verdes no Ecocentro de Fátima e de adesão à recolha de verdes porta-a-porta.-

---- Para isso, para além da divulgação dos serviços e da aprovação do início da recolha seletiva de verdes em janeiro de 2024, é ainda necessário que não existam taxas associadas, quer à entrega de verdes, quer à recolha porta-a-porta.-----

---- Quando foram previstas esta taxas, a recolha do contentor de verdes do Ecocentro de Fátima era paga.-----

---- Entretanto a Valorlis colocou um contentor de verdes gratuitamente no Ecocentro de Fátima, para ser possível alcançar as metas.-----

---- Face ao referido solicita-se a aprovação das medidas referidas na Conclusão, da II n.º 107283/2023:-----

---- “1. A aprovação da isenção das tarifas associadas à deposição e à recolha de biorresíduos verdes que estão previstas no artigo 82.º do Edital n.º 581/2023, que aprova a alteração ao Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém, isenção enquadrada no n.º 3 do artigo 34.º do mesmo edital, concedida por um período de cinco anos, dado que as metas a concretizar estão definidas até 2030;-----



---- 2. A aprovação das medidas anteriormente propostas que visam o cumprimento das metas relativas aos resíduos verdes; -----

---- 3. Que esta edilidade autorize que a Valorlis SA promova a divulgação da receção gratuita dos resíduos verdes nos ecocentros de Fátima e da Gondemaria, com a divulgação do serviço de recolha porta a porta de resíduos verdes, na área do concelho, no início de 2024, serviço a efetuar nos mesmos moldes da recolha de monos, ou seja, com solicitação e agendamento prévio.”-----

---- À c.s.”.-----

---- Do processo faz ainda parte uma informação, datada de 11 de janeiro findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que, sendo uma empresa participada pelo Município e que opera em área regulada, não se vê qualquer impedimento na divulgação em referência.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Obviamente, estamos de acordo com esta isenção de tarifas. -----

A ideia que temos é fomentar isto, nem que houvesse um sistema de pontos que permitisse, por exemplo, compras no comércio local. Deveria haver qualquer coisa do género que fomentasse esta questão para que pudéssemos atingir os objetivos que são importantes a nível ecológico. -----

É uma necessidade e faz todo o sentido criar um programa de incentivo, dar pontos, dar compras no comércio local ou algo do género. -----

É uma ideia que deixamos. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A**



**VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – OUREARTE – ESCOLA DE MÚSICA E ARTES DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2150** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas associadas à cedência do Teatro Municipal de Ourém, considerando que se trata de uma instituição sem fins lucrativos de natureza cultural. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém** (sedeada na Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 11, nesta Cidade), através da carta registada sob o n.º 109.942/2023, solicitou a esta Autarquia, a cedência do Teatro Municipal de Ourém, para os dias 12 e 13 de janeiro em curso, para a realização de ensaios e do espetáculo “Canções d’Encantar”, com isenção das taxas correspondentes à utilização do espaço em causa. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo, uma informação, datada de 05 de dezembro findo, a dar conta do seguinte: “(...) A. A Ourearte pretende cobrar 3,00€/entrada, valor que deve ser posteriormente ressarcido àquela entidade (os bilhetes estarão disponíveis apenas na bilheteira local). -----

---- B. Para a utilização da sala principal do TMO está implícito o pagamento de taxas: -----

---- Da aplicação da tabela de taxas e licenças, somos a informar que decorre do art.º 99º do anexo I referente à "Utilização da Sala Principal do TMO": -----



---- 2.1.3. e 2.2.3. do art.º 99.º do anexo I - Durante a semana e fim de semana, Todo o dia (máximo 10horas), Associações/Equiparadas (Escolas, IPSS, etc) - Valor a cobrar em euros: 200,00€ + IVA/dia; -----

---- 1.1.3. do art.º 99.º do anexo I - Caso se ultrapasse esse volume horário, deverá ser considerado o valor referente a 1/2 dia (até 5horas) - 100,00€ + IVA ou -----

---- 3.1.3. do art.º 99.º do anexo I - O valor referente a cada hora extra durante a semana - 30,00€/hora + IVA e -----

---- 3.2.3. do art.º 99.º do anexo I - O valor referente a cada hora extra aos fins-de-semana - 40,00€/hora + IVA. -----

---- C. Considerando a utilização de 2 dias (12 e 13 de janeiro) no máximo de 10horas/dia, o valor total a pagar serão - 400,00€ + IVA. -----

---- Conclusão: -----

---- Submete-se à Consideração Superior autorização para cedência da Sala Principal do TMO nos dias 12 e 13 de janeiro de 2024 para a apresentação do projeto "Canções d'Encantar" pela Ourearte, bem como o valor das taxas a aplicar, salvaguardando que só será possível aferir a eventual necessidade de horas extra posteriormente e autorização para ressarcir à Ourearte o valor realizado em bilheteira." -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENÇAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ARABESQUE – ACADEMIA DE DANÇA, CRL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----





----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13686** datado de **2024.02.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.29, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação do pedido de isenção do valor de 7.383,17euros, da Arabesque – Academia de Dança, CRL, considerando a importância do evento na cidade e o impacto positivo na imagem e na economia do concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 2568/2024, a **Arabesque – Academia de Dança, CRL**, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 15, nesta Cidade, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições, no âmbito do “ADAGIO – Encontro Internacional de Dança 2024”, que se realizará de 23 a 26 de março próximo futuro. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo a informação, datada de 16 de janeiro corrente, que se passa a transcrever: “Para o Adagio a realizar em Março e cuja utilização do Centro Municipal de Exposições é fulcral para reunir os grupos participantes e proporcionar as condições necessárias, foram reservadas as datas que a direção solicitou. -----

---- Os custos desta utilização são de 7.383,17€ (utilização das naves e área de bar). -----

---- Relativamente à utilização do espaço da cantina, a mesma está sob gestão do Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém, devendo este pedido ser articulado entre a Arabesque e o FS. -----

---- À CS”. -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com a proposta, datada também de 16 do mês em curso, do **Senhor Presidente**, a remeter o processo a reunião do órgão executivo para apreciação da eventual isenção do pagamento da verba acima mencionada.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CLUBE JUVENTUDE OURIENSE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13795** datado de **2024.02.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.29, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação do pedido de isenção do valor 2.085,28 euros, Clube Juventude Ouriense, considerando a importância e o relevo da Associação no panorama desportivo do concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 4307/2024, do clube **Juventude Ouriense**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 2.º andar, porta 3, nesta Cidade, a solicitar a cedência do Centro Municipal de Exposições, para a realização do “Festival de Sopas”, no dia 01 de maio de 2024, com vista à angariação de fundos. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 16 de janeiro em curso, a dar conta de que o espaço encontra-se disponível para os dias 30 de abril e 01 de maio de 2024 e de que tem um custo associado de 2.085,28€. -----



---- O processo encontra-se ainda instruído com uma proposta, datada também de 16 do corrente mês, do **Senhor Presidente**, a remeter o processo a reunião do órgão executivo para apreciação da eventual isenção do pagamento do referido montante. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LIGA DE AMIGOS DA SECÇÃO DE BOMBEIROS DE FREIXIANDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13414** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação do pedido de isenção da verba de 552,88euros, Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda, considerando o serviço relevante que a entidade presta, no âmbito do apoio social no concelho, em particular na zona Norte. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 1740/2024, a **Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda**, com sede no Largo dos Bombeiros Voluntários, n.º 1, em Freixianda, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, para a realização do XIV Torneio de 24 horas de Futsal, nos dias 29 e 30 de março próximo. -----



---- Ouvido sobre o pedido, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** prestou uma informação, datada de 08 de janeiro findo, a dar conta de que o pavilhão se encontra disponível e de que a sua utilização tem o custo de 552,88€. -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com a proposta, datada de 18 também do mês findo, do **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, sobre a eventual isenção do pagamento do referido montante, em virtude de se tratar de um evento para angariação de fundos.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA TERESA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13431** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação do pedido de isenção do valor de 2.566,50euros, da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Santa Teresa, considerando o serviço relevante prestado pela Associação, no âmbito do apoio social no concelho, em particular na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 7392/2024, a **Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Santa Teresa**, solicitou a cedência gratuita do Centro Municipal de Exposições, para os dias 24 e 25 do mês em curso, para a preparação e realização do evento “Encontro Gastronómico de Sopas”. Mais solicita a cedência de mesas e cadeiras/bancos para cerca de 600 pessoas. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo a informação, datada de 23 do mês findo, a dar conta de que o espaço se encontra disponível, de que tem um custo associado de 2.566,50€ e de que esta Autarquia não dispõe de mesas suficientes para satisfazer o pedido. Termina a referir que se prevê a realização de horas extraordinárias por parte do funcionário que assegurará a abertura e o encerramento das instalações. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2133** datado de **2024.01.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, autorização para isentar a Associação de Atletismo de Santarém, do pagamento das taxas devidas pela utilização do Estádio Papa Francisco, considerando que a Associação tem colaborado com o Município em diversas iniciativas. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 100.414/2023, da **Associação de Atletismo de Santarém**, com sede na Avenida D. João I, no Estádio Municipal, em Almeirim, a solicitar a isenção das taxas pela utilização do Estádio Papa Francisco, sito em Fátima, deste Concelho, para realização de competições previstas no seu calendário regional. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 de dezembro findo, a dar conta de que o pedido refere-se a seis eventos de atletismo (devidamente autorizados) e de que o valor a isentar é de 1.170,00€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MUNICÍPIO DE LEIRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9300** datado de **2024.01.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.01.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do pedido de isenção do pagamento do valor inerente à cedência do Estádio Papa Francisco. -----

----- **ATENDENDO A QUE INICIATIVA NÃO SE REALIZOU, ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU RETIRAR ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS – 33 PRESENCAS.** ----

\*\*\*\*\*



\*\*\*

**02.26 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO UKRAINIAN REFUGEES UAPT – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13404** datado de **2024.02.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação do pedido de isenção de taxas, Associação Ukrainian Refugees UAPT, atendendo à importância do evento em apreço que envolve militares ucranianos (feridos em guerra) e que se encontram alojados no Centro de Recuperação, sito em Aldeia Nova, União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 110.995/2023, a **Associação Ukrainian Refugees UAPT**, sediada na Rua Professor Mira Fernandes, n.º 20-21, rés do chão, em Lisboa, solicitou a cedência gratuita de diversas instalações desportivas municipais (Pavilhão Municipal de Caneiro, Pavilhão Gimnodesportivo de Pinheiro, Piscinas Municipais de Ourém e Estádio Papa Francisco), no período de 12 de fevereiro em curso e 02 de março próximo, para o estágio da seleção militar, com o objetivo de participar na prova “Invictus Games”. Mais solicitou a cedência de transporte com acesso a cadeiras de rodas, para a deslocação dos atletas na área geográfica do Concelho. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 08 de janeiro findo, a referir que há disponibilidade de horários para a utilização dos espaços pretendidos. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO  
APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.27 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre  
eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se registando qualquer pedido de  
intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Tomando a palavra, a 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,  
nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a  
aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após  
aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto  
das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para  
constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da  
Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO





----- O SEGUNDO SECRETÁRIO